

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 221 • Agosto de 1987 • Cz\$ 25,00



Luiz Rodolfo Tirmano

Luta operária: desafios e perspectivas

tempo e presença

Revista mensal do CEDI

Agosto 87

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho Editorial

Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editores

Jether Pereira Ramalho
José Domingos Braghetto

Jornalista Responsável

José Domingos Braghetto
Reg. Prof. n.º 8.763

Secretário de Redação

Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica

João Francisco Esval

Capa

Luiz Rodolfo Trimano

FOTOLITO



Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 25,00

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

Assinatura de apoio:
Cz\$ 300,00

Estamos comunicando que sessenta lavradores de Unaí (MG), posseiros das fazendas S. Pedro e Tabocas, acamparam no dia de ontem (07/07) no prédio do Mirad, em Brasília. O que motivou a tomada de decisão foi o descaso com que as autoridades e, especialmente, o Mirad, vêm tratando o caso desses posseiros.

Os lavradores destas áreas vivem em clima de extrema tensão, com ameaças de morte desde o final de 1984. Nessa época, o fazendeiro Aroldo Martins Carneiro atirou em dois garotos: Valtinho, de 11 anos, e Hélio, de 15 anos. Em março de 1986, o mesmo fazendeiro disparou vários tiros de carabina, atingindo o lavrador Almiro Correia da Silva.

No dia 23/03/86, policiais militares, a mando do grileiro Antônio Jorge de Souza, atiraram com fuzis em 35 lavradores, sendo que alguns saíram gravemente feridos. Ainda em março de 1985, um lavrador (o Sebastião) foi atingido por um tiro disparado pelo jagunço Lauro Aparecido Dias. Em dezembro do mesmo ano, o lavrador Pedro Soares de Lima ficou preso durante 74 horas.

Esses são alguns exemplos da violência que esses trabalhadores rurais estão sofrendo. A mesma violência que já vitimou, nessa região, os companheiros Júlio R. Miranda e Eloy Ferreira da Silva.

A fim de que essa violência tenha um ponto final e de que os trabalhadores tenham um pedaço de terra para trabalhar, os companheiros de Unaí acamparam no Mirad. E eles precisam da colaboração de toda a classe trabalhadora. Por isso, estamos pedindo que sejam enviados telegramas ao Mirad e ao governador de Minas Gerais exigindo uma solução para as famílias dos lavradores das fazendas acima citadas.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
São Paulo, SP.

Com alegria encaminho a renovação da assinatura de "Tempo e Presença". Aproveito a

oportunidade para lhes agradecer seu empenho e dedicação em colocar um bom instrumento de reflexão com esta publicação. Alegro-me cada vez que aparece um número.

É um ótimo meio de ficar ligada de alguma maneira, a temas quentes e atuais de nossa realidade no Brasil, com a qual me sinto comprometida, também neste tempo em que me encontro aqui na Alemanha. Com votos de um bom trabalho adiante, eu os saúdo fraternalmente.

Ir. Roselldis Kuhn
Münster, Alemanha

Creio, que a caminhada dos agentes pastorais populares, rumo à libertação do povo massacrado pela exploração incessante do capitalismo, não seria consistente sem a figura marcante da revista "Tempo e Presença". Esta, pelos temas atuais e envolventes que aborda, nos insere no espaço da informação que se faz urgente e indispensável no acompanhamento das lutas do povo de Deus, e principalmente do povo nordestino.

Que a justiça de Deus não demore...

Sérgio G. Ramalho
Santa Brígida, BA

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará	Cz\$ 200,00
Volume 5 - Javari	Cz\$ 150,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz\$ 200,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz\$ 30,00
Trabalhador rural 1981	Cz\$ 30,00
Fiat 1981	Cz\$ 30,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz\$ 150,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz\$ 220,00

CADERNOS DO CEDI

Canaveiros em greve	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 50,00
Sexta assembléia do CMI	Cz\$ 100,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia	Cz\$ 50,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 50,00
Deixar vir a mim os pequeninos	Cz\$ 50,00

Assine o Boletim

aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 80

América do Norte: US\$ 85

Europa, África e Ásia: US\$ 100

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

Telefone: _____

CEP: _____

Profissão: _____

Est.: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ.

Índice

Luta operária

- 4 NEO-PELEGUISMO E O NOVO SINDICALISMO: AS CONCEPÇÕES SINDICAIS NA TRANSIÇÃO CONSERVADORA
Aloizio Mercadante Oliva

- 7 RECESSÃO E MOVIMENTO OPERÁRIO
Luiz Francisco Silva

- 9 FORMAÇÃO POLÍTICA: DESAFIOS E DILEMAS
Luis Flávio Rainho

- 11 INSTITUTO CAJAMAR

- 13 LULA E VICENTINHO: DEPOIMENTOS HISTÓRICOS
Entrevistas a Luis Flávio Rainho

- 16 IGREJA E MOVIMENTO OPERÁRIO NO ABC
Heloisa Helena T. de Souza Martins

- 20 OS CRISTÃOS NA LUTA OPERÁRIA
Frei Betto

- 22 MEMÓRIA E ACOMPANHAMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO
Nilde Balcão

Constituinte

- 25 O QUE RESTA AOS TRABALHADORES
Marco Antonio de Oliveira

América Latina

- 28 SINDICALISTAS DEBATEM A DÍVIDA EXTERNA
Declaração de Campinas

Bíblia hoje

- 31 A ORAÇÃO QUE SUSTENTA A ESPERANÇA
Zwinglio Mota Dias

Ecumenismo

- 33 A SOLIDARIEDADE NAS PRÁTICAS DE LIBERTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA
José Domingos Braghetto

Livros

- 31 TEOLOGIAS EM DIÁLOGO
Maria Clara Lucchetti Bingemer
A ESCOLA POSSÍVEL
Elie Ghanem

Última página

E O OPERÁRIO DISSE NÃO!

Novos desafios à luta operária

Assistimos, no Brasil, nos últimos meses, uma concatenada ofensiva dos setores conservadores e reacionários de nosso país, visando manter os seus privilégios e legitimar sua perspectiva de sociedade. Manifesta-se de diversas formas e torna-se mais evidente a cada dia. O arrocho salarial contido no plano econômico do governo, o total esvaziamento da reforma agrária, a questão da mineração das terras indígenas, a volta ao pagamento da dívida externa e ao FMI, o uso da Lei de Segurança Nacional contra a liderança popular, a presença de tropas militares nas manifestações populares e a pressão articulada sobre a Assembleia Nacional Constituinte são alguns fatos concretos, entre outros, que comprovam essa ofensiva. A proposta da "Nova República" vai se tornando cada vez mais transparente, configurando-se como projeto liberal-conservador, integrado no sistema capitalista internacional.

Naturalmente, que uma conjuntura tão difícil e complexa vai exigir dos movimentos populares táticas e estratégias de luta, maduras e politicamente refletidas. É certo, que tivemos em 1987, no primeiro semestre, um número muito grande de greves, na cidade e no campo, e a convocação para agosto de uma greve geral. Houve, também, mobilizações para as emendas populares na constituinte, com relativo sucesso, e a campanha das "diretas-já" começa a alcançar as ruas.

Cremos, entretanto, que há novos desafios que merecem discussão mais aprofundada e respostas que correspondam ao momento em que vivemos. Entre elas se destaca a questão das concepções sindicais e o seu reflexo nas diversas perspectivas das lutas populares e no enfrentamento dos problemas que subjugam nossa sociedade. Não se pode fugir a esse debate, pois ele aparece quando se discutem ações conjuntas das centrais sindicais frente à dívida externa, estabilidade no emprego, imposto sindical, reforma agrária, sistema de governo etc.

Outra questão que se torna mais aguda, à medida que a conjuntura se torna mais complicada, é a da formação de quadros. Há propostas para se ir respondendo à demanda de pessoal que, além da sua prática, possua reflexão teórica e política, para que se possa ter atuação qualitativamente adequada ao momento em que vivemos.

Certamente que todos os segmentos sociais estão comprometidos com a situação crítica e confusa que atravessamos, cabendo portanto, também às igrejas reflexão crítica e atuação adequada na construção de uma sociedade realmente democrática. É desafio que se apresenta com novas facetas e que nos cabe responder com discernimento e ousadia.

Neo-peleguismo e o novo sindicalismo: as concepções sindicais na transição conservadora

Aloizio Mercadante Oliva

A conjuntura nacional, marcada por uma profunda crise econômica, social e política, vai avançando para um período de definição dos rumos da transição política conservadora.

Na estratégia de “transição lenta, gradual e segura” a “Nova República” vai se confundindo cada vez mais com o regime militar, por sua política econômica continuista e por seu projeto político institucional conservador. Os compromissos de mudanças e as aspirações populares por democracia e participação, que emergiam da campanha pelas diretas já, vão sendo abandonados de forma acelerada pelo governo Sarney, enquanto o rearranjo pelo alto das elites dominantes avança na perspectiva de consolidação de um regime civil-militar conservador. O violento confisco salarial imposto pelo Plano Bresser, a subordinação aos banqueiros internacionais e o retorno ao FMI, e a preservação do modelo de acumulação herdado da ditadura militar são a expressão mais acabada desta estratégia. Enquanto a constituição vai sendo imposta pelo auto-denominado “centro-conservador”, que tenta assegurar alguma fonte de legitimidade para as manobras de restauração do passado autoritário na vida política nacional.

Em meio a este processo que perpassa toda a sociedade civil, no movimento sindical começam a se consolidar alguns campos políticos ou blocos sindicais que expressam concepções sindicais importantes de serem identificadas e analisadas.

O sindicalismo atravessa um processo de polarização política entre CGT e CUT. Na CGT a luta interna entre o “neo-peleguismo”, que representa a defesa do projeto liberal-conservador de um setor poderoso da classe dominante no seio da

Juca Martins / F4



classe trabalhadora, vai avançando sobre o "sindicalismo reformista" articulado pelo PCB e PC do B, que acumulam sucessivas derrotas políticas dentro e fora desta central sindical. Do outro lado, a CUT que continua jogando todas as suas forças numa tentativa de ruptura democrática e avanço na defesa dos interesses classistas dos trabalhadores na transição, também vive uma intensa luta política. O "sindicalismo vanguardista", que é a prática efetiva de um conjunto de organizações políticas clandestinas abrigadas no interior da CUT, também vem acumulando derrotas dentro e fora desta central sindical, especialmente para o chamado "novo sindicalismo", que emergiu das grandes greves operárias de 1978 e que caminha para se definir por um "sindicalismo classista, autônomo e de massas".

Dentro deste quadro complexo de embate entre forças políticas sindicais, de um ciclo de ascenso das greves e de grandes desafios políticos, o movimento sindical também caminha para um período de definições e rearranjo de forças e alianças, o que deverá ser decisivo para se estabelecer o potencial e os limites da intervenção da luta sindical dos trabalhadores no cenário político nacional.

CGT: o avanço do neo-peleguismo

A nossa tentativa de retratar as principais concepções sindicais presentes no seio do movimento sindical, neste momento histórico, não deve ser entendida como a definição de modelos acabados e evidentemente sofrem os limites da própria natureza de um artigo como este. No entanto, feita esta ressalva, poderíamos afirmar que no final do século passado, nos países centrais do capitalismo, se desenvolvem, no seio da classe operária, concepções políticas sindicais que propõem a adaptação da luta da classe trabalhadora às democracias parlamentares. Neste contexto, ganha corpo o sindicalismo colaboracionista que procura enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista. A luta reivindicatória, por melhores salários e condições de vida, é o objetivo estratégico desta proposta sindical, que se recusa a questionar a raiz do sistema capitalista, fundada na exploração do trabalho assalariado. Desta forma, o sindicalismo colaboracionista propõe na prática uma política de conciliação e colaboração de classe e impede a organização independente da classe trabalhadora.

No Brasil, neste momento, esta proposta sindical é representada pela CGT. A CGT tem como elemento central de sua prática sindical a defesa da estrutura sin-



dical atrelada e corporativista e a prática do sindicalismo de colaboração de classe.

A legitimidade política que uma parte expressiva e majoritária das lideranças sindicais da CGT tenta contruir perante a classe trabalhadora, se origina na defesa das políticas de Estado e na representação de propostas e projetos da classe dominante para a classe trabalhadora. Isto ocorreu com a grande maioria dos quase 2 mil interventores sindicais durante a ditadura militar e vem expressando a natureza maior da ação política atual da CGT no movimento sindical.

Neste momento, esta lógica está sendo mantida na sua essência ainda que com uma nova linguagem e marcada por uma transfiguração política: o "neo-peleguismo". Este projeto tende a hegemonizar a CGT e é apoiado internacionalmente pela AFL-CIO, central sindical dos EUA, que financia uma entidade de formação sindical no Brasil, o ICT, presidida pelo secretário de relações internacionais da CGT, Rogério Magri, e que também está sendo assumida de forma crescente por Luís Antonio Medeiros, presidente recém eleito para o poderoso Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo, e que tenta conquistar um espaço político maior no interior desta proposta sindical, provavelmente substituindo o papel político desempenhado até agora por "Joaquinzão". O centro deste movimento de transfiguração do peleguismo está na defesa de um "sindicalismo de resultados", que "só se preocupa com a luta econômica e não quer saber de política nos sindicatos", que defende um "capitalismo moderno", "a conversão da dívida externa e a privatização das estatais e o fortalecimento dos patrões, porque este é o caminho de fortalecimento dos interesses dos trabalhadores".

Esta proposta sindical, marcada historicamente por um profundo anticomunismo, tenta expulsar imediatamente o PC do

B da CGT e tenderá a se confrontar no futuro com o próprio PCB, mesmo que este mantenha sua coerente política de concessões ideológicas e intervenções político-direitistas.

A força política do "neo-peleguismo" está na própria força que o projeto liberal conservador de um setor da classe dominante, que propõe o aprofundamento do processo de transnacionalização da economia, tende a ter no governo Sarney e na própria conjuntura. O espaço na imprensa para divulgar e procurar legitimar essas propostas, a tentativa de desmobilizar a luta dos trabalhadores na constituinte com o discurso de "negociação direta" para as 40 horas, estabilidade e reforma agrária, são parte desta estratégia que deverá envolver concessões importantes e localizadas dos empresários na tentativa de barrar o avanço da CUT e firmar o neo-peleguismo no interior da classe trabalhadora.

CUT: a consolidação da hegemonia do sindicalismo classista e de massas

A CUT depois de um período de crescimento nacional acelerado, que a transformou numa importante referência política de massas, com um papel de oposição política ao governo e principal direção das lutas sindicais dos trabalhadores, começa a viver um intenso debate interno sobre concepções e práticas sindicais.

Este debate aflorou no 2º Congresso Nacional da CUT, realizado em agosto de 1986, e neste momento caminha para a definição de dois blocos, que expressam em última instância duas concepções sindicais.

De um lado, o "sindicalismo vanguardista", que possui uma longa tradição histórica internacional e teve como origem, na Europa, a reação ao reformismo dos partidos ligados à política de colaboração

de classes. Os elementos básicos desta proposta sindical estão presentes na prática sindical das diversas organizações políticas que atuam no interior da CUT. Em primeiro lugar, a subestimação das lutas reivindicatórias, o desprezo pelas lutas imediatas e conquistas concretas da classe trabalhadora através dos sindicatos. Isto porque as conquistas concretas, que evidentemente se dão no interior mesmo do sistema capitalista, são identificadas como reformistas e devem ser combatidas. Nestas condições, os adeptos desta proposta sindical são incapazes de encontrar e desenvolver um diálogo comum com os trabalhadores, de captar seus anseios e necessidades. Esta proposta sindical acaba, portanto, atingindo e mobilizando uma pequena parcela de ativistas radicalizados, com pequena representação política e capacidade efetiva de mobilização do conjunto dos trabalhadores. Um segundo elemento desta concepção, é a confusão permanente entre partido e sindicato. Os partidos têm sem seu programa político e ideológico a condição básica de filiação, porque sua força está na coesão ideológica de seus membros. O sindicato filia seus membros independentemente de ideologia e posição política, porque sua força está no seu caráter de massa, na união do conjunto dos trabalhadores. Esta concepção vanguardista é incapaz de mobilizar, atingir e organizar amplas massas, não tendo por isto a força própria do sindicalismo. De alguma forma, os resultados concretos do sindicalismo vanguardista e do "sindicalismo colaboracionista" são muito parecidos, porque historicamente jamais conseguiram articular as lutas reivindicatórias e imediatas dos trabalhadores com seus objetivos históricos.

Porém, este "sindicalismo vanguardista" vem sofrendo derrotas sucessivas nos congressos da CUT, em eleições sindicais, sendo que recentemente, nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por seu sectarismo, contribuiu de forma decisiva para a vitória de Luiz Antonio e para o fortalecimento do "neo-peleguismo" no seio do movimento sindical.

A CUT caminha para se definir pelo sindicalismo de massas, autônomo e classista, o que pressupõe a democracia interna, o debate político e o respeito às diferenças, portanto, a convivência política com o sindicalismo vanguardista e outras concepções diferenciadas e conflitantes.

O sindicalismo classista e de massas vem sendo proposto e assumido pelos principais sindicatos da CUT e pelas grandes lideranças da central, como Jair Meneguelli e Avelino Ganzer. Esta concepção sindical parte do princípio de que o sindicato é um



instrumento de luta dos trabalhadores *contra a exploração dos patrões*, mas é ao mesmo tempo um instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho que se desenvolve *dentro do sistema capitalista*. Essas duas características consistem a própria natureza do sindicalismo e representam suas potencialidades e limites. É a partir desta constatação (que parte de uma experiência acumulada pelo movimento operário em todos os países há mais de um século de lutas) que se propõe o fortalecimento da CUT.

O que define o *sindicalismo classista* é por um lado, atrair e mobilizar as amplas massas de trabalhadores e de outro, dar à organização dos assalariados o caráter de uma organização representativa de toda a classe trabalhadora, em oposição à classe burguesa.

O sindicalismo classista e autônomo que a CUT representa e pretende impulsionar nega o sindicalismo reformista e de conciliação de classes que faz da luta reivindicatória um objetivo em si mesmo, mas também pretende combater e superar o sindicalismo vanguardista que é absolutamente incapaz de atingir as amplas massas, não sendo portanto uma real organização de classe, é apenas uma intenção política impotente.

O sindicalismo classista, por seu caráter de massa, possui uma perspectiva de construir a unidade como um elemento vital para a ação sindical. A vocação unitária, que está no próprio nome da CUT, exige desta proposta sindical uma postura que favoreça ao máximo a realização efetiva desta vocação. Não se defende o pluralismo sindical, ao contrário, tem-se como exi-

gência que a unidade deve ser o resultado da vontade política dos próprios trabalhadores e não imposta pelo Estado. Finalmente, o sindicalismo classista, de massas e unitário promove a democracia operária, procurando aprender a conviver com as divergências existentes na CUT e no movimento sindical, combatendo o sectarismo e o divisionismo, procurando encontrar sempre o caminho da unidade através de propostas que assegurem a ação conjunta, dirigidas a todos os trabalhadores.

Nós poderíamos dizer que este novo sindicalismo que representa o sindicalismo classista e de massas emerge no Brasil, a partir das grandes greves operárias de 1978, no ABC, fruto de anos de luta, de resistência e conscientização dos trabalhadores.

Foi a própria luta, que passou pelo interior dos sindicatos, com uma prática de massa e classista que irá exigir o rompimento dos limites estreitos da estrutura sindical oficial.

Foram as grandes greves de massa que criaram a possibilidade histórica da criação de um partido classista, e de massas, o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi todo este acúmulo político que contribuiu decisivamente para a formação de inúmeras oposições sindicais em todo o país e para a construção da própria CUT. Neste sentido, o sindicalismo classista reconhece o papel decisivo dos partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas dos trabalhadores e que a CUT e estes partidos fazem parte de um mesmo movimento, o movimento dos trabalhadores em defesa de seus interesses e pela superação do capitalismo como forma de produção e organização social.

Mas assume que a CUT para cumprir seu papel de organização sindical classista, de massas, democrática e unitária, tem que manter a mais completa autonomia em relação aos partidos e ao Estado.

O novo sindicalismo, classista, autônomo e de massas foi um elemento decisivo, na luta pelo fim do regime militar. E neste momento, talvez seja, através da CUT, a principal força social na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores na Constituinte, na resistência à política econômica recessiva e subordinada aos interesses dos grandes credores internacionais e na campanha pelas eleições diretas que deverá assumir o centro da luta política no próximo período.

Aloizio Mercadante Oliva, economista, coordenador do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI e assessor econômico da CUT.

Recessão e movimento operário

Luiz Francisco Silva

O mundo capitalista está em crise e com grandes dificuldades para enfrentar os obstáculos que a própria organização da sociedade, baseada no modo de produção capitalista, colocam no caminho do desenvolvimento recente de suas economias.

Associado à reconstrução dos parques produtivos da Europa Ocidental e Japão no pós-guerra, verifica-se de forma vertiginosa a expansão de um padrão de acumulação de capital assente na hegemonia incontestada do grande capital norte-americano e apoiado na internacionalização das economias capitalistas, através das empresas multinacionais instaladas em todo o mundo.

No entanto, a partir do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta, esse padrão geral de acumulação entra em crise e passa a ser desafiado pelos capitais europeus e japoneses nos níveis produtivos e comerciais intensificando-se, assim, a concorrência intercapitalista particularmente entre os Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Japão.

Por outro lado, a ordem monetária internacional erguida sob a égide da hegemonia americana começa a desmoronar-se, ao mes-

mo tempo em que o seu domínio econômico absoluto no cenário internacional entra em crise, desencadeando um processo de desaceleração do crescimento das economias desenvolvidas, com reflexo em todas as economias, inclusive as socialistas.

Assim, é no bojo da crise de hegemonia da economia americana e expansão do mercado de eurodivisas, particularmente de eurodólares — constituída por divisas resultantes das exportações crescentes para os Estados Unidos — que terá origem o abrupto crescimento da dívida externa dos países periféricos. A partir de meados dos anos setenta, com a queda dos investimentos e excesso de liquidez ou superacumulação de capitais que não encontravam oportunidades de inversão produtiva rentável nas economias centrais, os banqueiros internacionais — como forma de valorizar o seu capital a níveis satisfatórios de rentabilidade — passaram a financiar sem qualquer critério seletivo e a juros flutuantes, as economias periféricas na sua ampla maioria dominada por governos autoritários.

Nesse sentido, essa crise do mundo capitalista se manifesta no Brasil, entre outras

formas, através do impasse histórico da dívida externa que, segundo dados oficiais passou de 9,5 bilhões de dólares em 1972 para 95,8 bilhões em 1985. A alta espetacular da taxa de juros internacionais que se verifica no pós 1978, acompanhada da deterioração dos termos de troca — como resultado do segundo choque do petróleo e queda dos preços dos demais produtos primários — representou um duro golpe para a economia brasileira fazendo com que a capacidade para importar caísse em 1980, a níveis inferiores a 1972 levando o país a se defrontar com o estrangulamento externo.

Diante desse quadro e das pressões dos credores externos para que o país recorresse ao FMI, a política econômica a partir de fins de 1980 vai adquirindo feições ainda mais conservadoras, levando os trabalhadores brasileiros a experimentarem as consequências da mais profunda recessão da nossa história.

Entre 1981 e 1983 o produto industrial sofreu um declínio de 15% alcançando em 1983 níveis inferiores a 1978. Por outro lado, o emprego industrial caiu 19% ao longo desses três anos de crise, retrocedendo aos níveis de dez anos antes; enquanto a renda per capita diminuiu 11%, impondo aos trabalhadores brasileiros o seu empobrecimento, a miséria, a fome e a crescente deterioração das suas condições de vida.

Recessão econômica é tudo isso: corte nos gastos, inflação, aumento de impostos, arrocho salarial, queda nos níveis de atividade da indústria, comércio e do emprego que, além de reduzir os investimentos e consumo interno liberando excedentes exportáveis para pagamento dos juros da dívida externa, produz a desvalorização dos elementos do capital que permitem recompor a sua rentabilidade, ao criar as bases para a posterior recuperação da economia.

No entanto, essa política econômica de arrocho e desemprego e a própria natureza do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar agrava e aprofunda a crise social e política vivida pelo país.



Hugo Koyama/Abrii

Assim, o movimento operário que durante anos foi duramente reprimido e impelido a conviver com a intervenção em sindicatos, a cassação de dirigentes sindicais e violências de todo tipo, a partir de 1977 em meio a um processo de reorganização política da sociedade brasileira — resultante do acirramento do descontentamento geral da população — começa a construir a sua alternativa política e instrumentos de luta fundamentais para que os trabalhadores possam realizar seus objetivos imediatos e históricos.

O resultado político desse processo — que se materializou no movimento contra a carestia, pela anistia estudantil e, principalmente nas primeiras greves ocorridas nas principais áreas industriais do país, a partir de 1978 — foi a constatação dos trabalhadores brasileiros, da necessidade de se construir um partido político classista, democrático e de massas que representasse os seus anseios e interesses e, ao mesmo tempo, se constituísse num instrumento efetivo de luta dos trabalhadores pelas transformações sociais que tanto reclamam e contra o Estado autocrático burguês. Entre outras formas, esta experiência vem se construindo e aprofundando a partir da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos 80.

Outro momento importante na resistência do movimento operário contra o regime militar, sua política econômica e as mais diversas formas de imposições da classe dominante, se deu num momento extremamente difícil da conjuntura nacional; marcada pela instabilidade política, com mais de 5 milhões de desempregados, arrocho salarial, inflação ultrapassando os recordes históricos e uma re-

cessão sem precedente na história do país. Neste momento extremamente difícil foi realizada uma greve geral com a adesão de mais de 2 milhões de trabalhadores a 21/07/83 e fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 83, que hoje é uma realidade política incontestável na sociedade brasileira.

Dentro deste contexto se insere, também, a campanha das eleições diretas para presidente da República. Essa campanha marcou a história de nosso país, com um ano inteiro de gigantescos comícios e mobilização de milhões de brasileiros, que diante da profunda crise social, política e econômica determinaram o fim do ciclo de governos militares instaurados após o golpe de 1964.

Por outro lado, a recessão imposta ao país nesse período criou as condições econômicas para que a partir de meados de 84, se desse a retomada do crescimento da economia brasileira com a utilização da capacidade ociosa verificada no período anterior. No entanto, a transição política conservadora que se iniciou através da composição da Aliança Democrática no Colégio Eleitoral, não permitiu qualquer avanço efetivo sobre os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira como a dívida externa, dívida pública e a permanente deterioração das condições de vida da população.

Ao contrário, a conjuntura recente está marcada por uma política econômica de submetimento do país aos interesses dos credores internacionais e do grande capital. As classes dominantes estão impondo aos trabalhadores brasileiros o maior arrocho sala-

rial da história do país com a implantação do "Novo Cruzado". Ao mesmo tempo, verifica-se a retração do nível de emprego e crescimento acelerado do desemprego que, associado à retração das atividades industriais e do comércio sinalizam que o país está sendo empurrado novamente de forma violenta, para o abismo da recessão. Essa ofensiva da classe dominante que tem como objetivo central voltar a pagar o mais rapidamente possível os juros da dívida externa, associada à recessão em curso coloca para o movimento operário e sindical desafios imensos para enfrentar e responder a atual conjuntura.

Tendências ao ascenso e unificação das lutas estiveram presentes no movimento grevista no período recente. Em 1985 foram realizadas 676 greves, envolvendo 6 milhões de grevistas, com um total de 16 milhões de homens por hora parados. Em 1986, apesar do Plano Cruzado ter como objetivo central quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e assegurar a continuidade da transição política conservadora, foram realizadas 1.267 greves, com a participação de 8,2 milhões de grevistas e com um total de 52,5 milhões de homens por hora parados. Estes dados não incluem a greve geral de 12/12/86 que representou uma resposta política importante ao pacote econômico do governo de 21/12/86 e que envolveu, segundo os dados da CUT e CGT, cerca de 20 milhões de trabalhadores, enquanto para o SNI envolveu 11,7 milhões. Embora os dados das greves neste primeiro semestre de 1987 revelem um número de grevistas três vezes superior ao verificado no mesmo período do ano anterior — 627 greves envolvendo 7,4 milhões de grevistas contra 469 greves e 2,1 milhões de grevistas no mesmo período de 1986 — constata-se a partir de maio uma queda acentuada da participação do setor privado da economia em relação ao número de trabalhadores parados, que representa o impacto da recessão em curso na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.

Desta forma, responder a ofensiva da classe dominante na atual conjuntura marcada pela instabilidade política em que a alternativa conservadora de sindicalismo começa a tomar corpo através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ao mesmo tempo em que a alternativa conservadora ao impasse da dívida externa começa a avançar no conjunto dos países latino-americanos, através da conversão da dívida financeira em patrimônio produtivo parece ser o grande desafio colocado ao movimento operário classista, democrático e de massa, na perspectiva de construção de uma alternativa de poder que atenda as aspirações da maioria da população brasileira.

Luiz Francisco da Silva é economista, professor da Universidade Católica de Santos e assessor do Depto. de Estudos Sócio-Econômico-Políticos da CUT/SP.





Formação política: desafios e dilemas

Luís Flávio Rainho

A nova proposta sindical, nascida em São Bernardo do Campo (SP) após as greves dos "braços cruzados" em 1978, a qual deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), teve como uma de suas características mais importantes o fato de ter sido gerada no seio dos próprios trabalhadores e não ter sido motivada por influência de organizações externas a eles.

O fato dessa proposta ter nascido da prática, se, por inúmeros aspectos, foi extremamente positivo, por outro, trouxe um sério desvio que é o de muitas lideranças do movimento passarem a achar que somente o conhecimento vulgar ou empírico esgota a compreensão da realidade.

No entanto, com o acirramento do processo de luta de classe e, sobretudo, a partir das formas mais sutis de dominação estabelecidas sobre os trabalhadores pela "Nova República", em relação à ditadura militar, as lideranças sindicais e partidárias começaram a perceber que somente o conhecimento vulgar ou empírico era insuficiente para responder a todas as necessidades de conhecimento da realidade.

Sem menosprezar a preservação do modo de conhecimento vulgar ou empírico, ao mesmo tempo, passaram a sentir a necessidade de conseguir utilizar o saber produzido e já sistematizado através de uma perspectiva científica e a perceber que, conhecer a reali-

dade, também já equivale a começar a transformá-la.

A partir daí, multiplicam-se as solicitações a cursos, seminários e publicações. Em resposta, embora sempre aquém das necessidades, passam-se a criar as Secretarias de Formação nos Sindicatos; nas CUTs; no PT; surgem inúmeros Centros Formativos e são implantadas as primeiras Escolas de Formação Política (veja matéria sobre o Instituto Cajamar).

Um grande desafio

Como criar um projeto de educação para a sociedade igualitária em que almejamos viver, vivendo numa sociedade onde prevale-

cem as estruturas que pretendemos ver destruídas?

Temos que contribuir para a produção de um saber, de um conhecimento totalmente diferenciado daqueles que se produzem na escola formal, na Universidade. O saber a ser produzido precisa estar voltado e comprometido com a transformação da sociedade, numa perspectiva que atenda aos interesses das classes subalternas. Concomitantemente, precisamos também de contribuir de modo decisivo para a formação de quadros capazes de suprirem as lacunas existentes no movimento sindical e no Partido. *Esta é uma das tarefas mais importantes no momento.* Dela depende, em grande parte, a continuidade, o sucesso e o aprofundamento dos fundamentos classistas do movimento sindical e partidário, nascido nos últimos anos, a partir de São Bernardo. Precisamos investir *pesado* na realização de um trabalho de "alfabetização política" junto às lideranças, militantes e trabalhadores de um modo geral. Para que isso ocorra, é preciso que algumas pessoas que têm a visão política e histórica dessa necessidade assumam esta tarefa como sendo prioritária. Ela é árdua e longa. O trabalho de educação exige paciência, persistência, disciplina e disposição de se afastar "um pouco" do burburinho do dia-a-dia. É um trabalho a longo prazo, um investimento estratégico, e não tático.

Dilemas metodológicos

Problema crucial das experiências de formação política que têm sido realizadas entre nós é o da *metodologia de formação*.

Simplificadamente, diríamos que, a grosso modo, se constata, na atualidade, duas



Cívico Cranchi Sobrinho/Ag. Estado

grandes correntes — uma mais espontaneísta, basista e que tem uma visão muito idealista da *prática* como fonte e ponto de partida do conhecimento e da realidade; outra, excessivamente dirigista, que transmite os conhecimentos já "prontos" e "elaborados" de cima para baixo, procurando de "fora" para "dentro" *inculcar* no trabalhador, a "consciência revolucionária". Todas duas possuem virtudes e limitações. Encontrar um meio termo entre elas, de tal forma que possa haver uma complementação em que as virtudes de uma e de outra sejam aproveitadas e as suas limitações superadas, constitui um outro grande desafio para a continuidade de encaminhamento das experiências atuais e para o sucesso das que serão levadas a efeito futuramente na área da formação política.

Aspecto não menos polêmico, relacionado à metodologia dessa formação, diz respeito à *ação de formação* a ser empreendida durante um curso ou seminário.

Aqui também, existem diferentes abordagens. Há aqueles que adotam uma postura de caráter mais informativo, achando que basta a simples transmissão e aquisição dos conhecimentos ou informações o que, na prática, corresponde a uma concepção de educação de que "formar é só saber" e de outros, que vêem a formação tendo como objetivo a modificação do comportamento e da prática das pessoas.

Igualmente ao caso anterior, trata-se de conseguirmos obter a complementariedade entre as duas posturas, de tal forma que a informação (ou seja, o conteúdo) e a modificação do comportamento e da prática das pessoas através da aprendizagem venham a ocorrer.

O enfrentamento desses (e de outros) desafios e dilemas que se colocam na área de formação política irão nos possibilitando responder à pergunta que formulamos, nesse texto, sobre a elaboração de um novo projeto de educação, numa sociedade que pretendemos ver destruída, de tal forma que *ele próprio* se constitua num dos principais agentes desse processo.

A este respeito, vale a pena relembrar palavras do mestre Paulo Freire que nos ensina: "Se a coisa se desse na história em termos mecânicos e não dialéticos, proclamada a independência hoje, amanhã era uma nova sociedade, um homem novo, uma mulher nova. Portanto, uma educação também nova. Mas em História não é assim. Então você não pode fazer algo totalmente novo, adequando-o a uma sociedade que não existe ainda. Por outro lado, se você não começar a recriar esse sistema educacional e preservá-lo como era, ele trabalha contra a criação do projeto do sonho da nova sociedade".

Luís Flávio Rainho é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e integrante do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.



José Ricardo Ramalho

Instituto Cajamar



O Instituto Cajamar é uma entidade sem fins lucrativos que visa desenvolver esforços com o objetivo de elevar o grau de formação e informação da classe trabalhadora brasileira.

O Instituto Cajamar, com esse propósito, exerce as seguintes atividades para pessoas que atuam nos movimentos sociais, em particular nos movimentos sindical, popular e político:

- estudos e pesquisas;
- assessoria;
- divulgação;
- formação.

Nessas atividades, o Instituto Cajamar procura agir no sentido da classe trabalhadora criar e desenvolver seus próprios instrumentos de pesquisa da formação da sociedade, formando e aperfeiçoando quadros que, tendo a oportunidade de conhecer e compreender a realidade brasileira, possam encontrar as formas de transformá-la.

O Instituto Cajamar desenvolve uma metodologia própria, que procura recuperar o valor da experiência prática vivida pelos trabalhadores na luta diária de sobrevivência, da libertação e do desenvolvimento, submetendo essa experiência prática de cada um e de todos ao crivo rigoroso do raciocínio crítico coletivo.

Nesse sentido, o Instituto Cajamar não transmite, sem exame crítico, teorias prontas e acabadas, como se a realidade fosse imutável e como se a ciência fosse um conjunto intocável de dogmas sagrados. Da mesma forma, e no outro extremo, procura resgatar as conquistas acumuladas no campo das idéias em vez de desprezá-las.

Como decorrência dessa metodologia, o Instituto Cajamar busca eliminar o caráter autoritário e elitista que costuma separar e contrapor “professores” e “alunos”, desenvolvendo a troca de experiências, o livre debate, o rigor crítico e o companheirismo como formas de integrar “trabalhadores manuais” e “trabalhadores intelectuais”.

O Instituto Cajamar desenvolve atividades nas seguintes principais áreas de conhecimento:

- mecanismos de funcionamento da economia, da sociedade, da cultura e do poder político;
- desenvolvimento da estrutura brasileira, da formação das classes, dos conflitos e lutas sociais;
- desenvolvimento dos instrumentos sindicais e político-partidários;
- relação entre Brasil e demais países — principalmente do Terceiro Mundo e da América Latina — e as potências imperialistas;
- principais correntes de pensamento e suas relações com a realidade brasileira e com os interesses das classes trabalhadoras;
- experiências fundamentais do capitalismo e do socialismo;
- relações entre sociedade e Estado e formas de participação democrática da população na condução da vida pública;
- principais métodos e técnicas de formação do pensamento e do conhecimento, de relação entre teoria e prática, de formulação e expressão das idéias e da divulgação oral, visual e escrita.

O Instituto Cajamar é administrado por uma Assembléia composta por sócios fundadores, pelo Conselho Diretivo, pela Coordenação Executiva e pelo Conselho Fiscal.

Conselho Diretivo: Paulo Freire (presidente), Jorge Coelho (vice-presidente), Luís Guishiken (secretário), José Luís Gonçalves, Arlindo Chinaglia, Avelino Ganzer, Olívio Dutra, Francisco Weffort, Gilberto Carvalho, Perseu Abramo, Rui Falcão, Paul Singer, Frei Betto, Paulo Schilling, Walter Barelli, Luiza Erundina da Silva

Coordenação Executiva: Osvaldo M. Bargas (coordenador geral), Wladimir Pomar



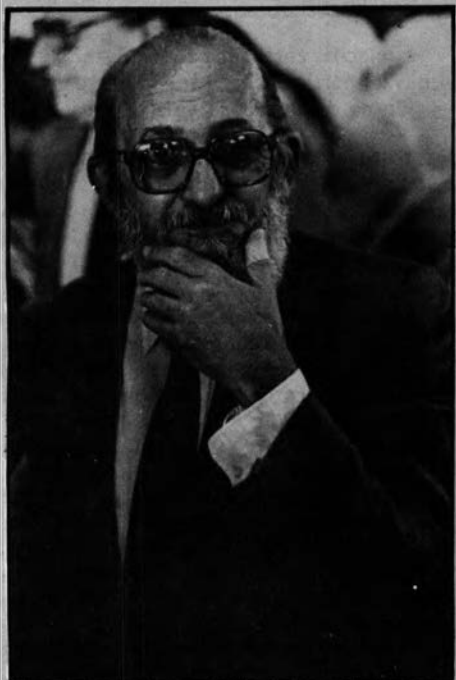
(coordenador geral adjunto), Wander B. Prado (coordenador administrativo), João Vaccari (coordenador financeiro), Nobuko Kameyama (coordenadora de formação), Pedro Pontual (coordenador de recursos pedagógicos), Aloizio Mercadante Oliva (coordenador de estudos e pesquisas), Durval de Carvalho, Miguel Rupp e Wilson Santa Rosa (coordenadores adjuntos).

Conselho Fiscal: Maurício Soares de Almeida, Valderi Antão Ruviaro e Djalma de Souza Bom.

Suplentes: José Cicote, Epitácio Luiz Epaminondas e Marcos Antonio Vitorino de Almeida.

INSTITUTO CAJAMAR (INCA)
Via Anhanguera, Km 46,5
Cajamar - S.P.
Fone: (011) 437.3098

Paulo Freire, presidente do Cajamar, fala sobre o Instituto



“O Instituto Cajamar emerge, num momento em que há uma certa percepção histórica das lideranças mais recentes, mais jovens dos trabalhadores desse país, de que a classe dominante não pode formar a classe dominada. Do ponto de vista da classe dominante seria impossível aceitar um tipo de pedagogia, um tipo de formação que ajudasse as classes dominadas, as classes populares, a tomarem a História na mão e passar da pura sensibilidade de que é espoliada para a compreensão crítica, histórica que é exatamente a consciência de classe para si. Essa é uma percepção que eu creio, sem ter muito medo de errar, dizendo que é uma percepção mais ou menos nova no processo político-histórico brasileiro. Para mim, o Instituto Cajamar faz parte deste momento histórico, em que as classes trabalhadoras cada vez mais ganham consciência de si mesmas, enquanto classe para elas. Esse é o momento que explica o surgimento e o nascimento do Instituto Cajamar. Quer dizer, é esse em que as classes trabalhadoras pretendem na verdade tomar conta, sem sectarismos de sua formação, que é absolutamente importante, absolutamente fundamental. E aí o que me parece interessante é ver também como é possível, como está sendo possível, (e seria errado se não fosse possível), uma convergência de interesses políticos e de solidariedade político-ideológica entre uma lideran-

ça operária lúcida, que exige para ela a tomada da responsabilidade da sua formação e participação dos intelectuais, dos chamados intelectuais acadêmicos, que optando politicamente, ideologicamente, optando pelos interesses de luta das classes trabalhadoras se aproximam do Instituto Cajamar, não enquanto professores, enquanto mestres, enquanto sabedores exclusivos disso ou daquilo, mas se aproximam como intelectuais trabalhando com outros intelectuais que são os trabalhadores, trazendo para o Instituto Cajamar uma experiência acadêmica que a classe operária foi proibida de ter, não porque ela seja naturalmente incapaz de ter essa experiência, mas, sim, porque numa sociedade burguesa como a nossa não é para ela ter.”

“Mas, não pense que o Instituto Cajamar, por exemplo, pode sozinho salvar o Brasil, transformar o Brasil. O Instituto sabe que a tarefa da educação não é de ser a alavanca da transformação, mas ele sabe muito bem que sem a educação também não se faz a mudança. E, eu também penso assim”.

(Depoimentos extraídos do vídeo sobre o Instituto Cajamar, produzido pela TV dos Trabalhadores e do Programa “Dia D”, de Beliza Ribeiro, da TV Bandeirantes. Transcrição de fita feita por Joana D'arc Govêa Costa.)

Lula e Vicentinho: depoimentos históricos

Fernando A. Rodrigues

PREVIDENCIA SOCIAL TAMBÉM NO SINDICATO

A diretoria do Sindicato instalou em sua sede social, mais um departamento para oferecer melhores serviços aos seus associados e dependentes. Desta vez, é o Departamento de Assistência Previdenciária. Luiz Inácio da Silva, Luiz Belícia e Dr. Hélio Manzo (da foto) são os responsáveis pela nossa assistência previdenciária.



Esse departamento, objetiva facilitar trabalhadores e seus dependentes a obtenção de quaisquer benefícios ou serviços, que tenha direito, junto ao INPS. Estamos prontamente aptos para oferecer aos nossos companheiros quaisquer informações sobre aposentadoria especial, por velhice, por invalidez, por tempo de serviço, abono de permanência em serviço, auxílio-doença, pensão por morte, construção de casas pelo sis-

tema. Além das orientações, providenciamos os encaminhamentos de toda a papelada necessária e acompanhamos o processo até sua conclusão final.

No Departamento de Assistência Previdenciária, que está sob a direção do 1.º secretário da diretoria, comp. Luiz Inácio da Silva (Lula), trabalham ainda o advogado Dr. Hélio Manzo e o funcionário Luiz Belícia. Seu horário de funcionamento é o se-

guiente: 2.ª e 6.ª feiras das 8.00 às 11.30 e das 12.00 às 20.00 horas. Sábados das 8.00 às 12.00 horas.

O Dr. Hélio Manzo trabalha diariamente das 16.00 às 20.00 horas e aos sábados das 8.00 às 12.00 horas.

Pelo visto o nosso Sindicato continua crescendo, para melhor atender os seus associados e dependentes.

Agora podemos dizer: providência

1972: Lula no início de suas atividades como dirigente sindical.

O dia 18 de julho de 1987 transformou-se num dia histórico para o movimento sindical brasileiro. No Conjunto Vera Cruz, em São Bernardo do Campo (SP), perante milhares de trabalhadores acompanhados por seus familiares e com a presença de centenas de convidados especiais, Jair Meneguelli passou a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos a Vicente Paulo da Silva ("Vicentinho"). Na mesma solenidade, Lula — após 18 anos, 2 meses e 25 dias — encerrou "formalmente" as suas atividades como dirigente sindical. Na ocasião, os dois concederam entrevista, especialmente para este número de "Tempo e Presença", dedicado à análise e reflexão sobre a classe operária brasileira.

T e P — O que você lembra de dezoito anos atrás, quando entrou no movimento sindical? Como você era naquela época?

Lula — A lembrança que eu tenho daquela época é uma lembrança de um sindicalismo atrofiado, de um sindicalismo medroso, de um sindicalismo perseguido, de um sindicalismo castrado, aonde as autoridades mantinham total e absoluto controle sobre o movimento sindical. Eu lembro da minha inexperiência, tinha assumido o sindicato e eu me lembro das preocupações que a gente tinha com a Polícia Federal, com o Dops, com a Lei de Segurança Nacional... Eu penso que essas lembranças são importantes porque a juventude de hoje não conhece isso, a juventude de hoje não viveu isso e não participou do rompimento que a gente teve com isso. É importante a gente sempre ter presente que o autoritarismo que tomou conta desse país levou nosso sindicalismo a um verdadeiro assistencialismo. E eu sou dessa época. Quando entrei no sindicato, em 1969, a gente mal podia distribuir um boletim para a ca-

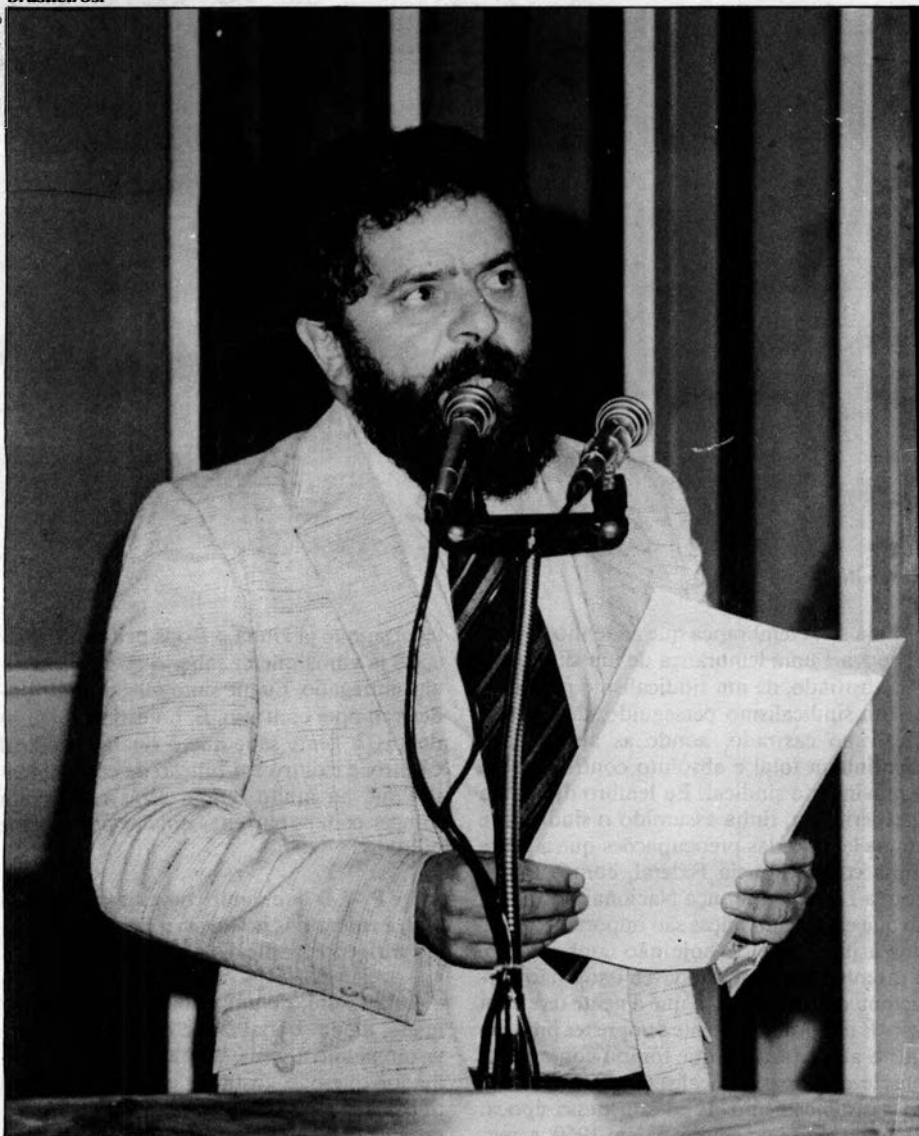
tegoria, que já vinha o Dops pedir informações, já vinha querer saber o que a gente tinha entregue. Eu me sinto feliz porque ajudei a romper com isso. E, hoje, dezoito anos depois, a gente sabe que o quadro sindical é outro, e é outro em função de companheiros que há muito tempo atrás resolveram romper com as barreiras criadas pelo regime militar.

T e P — O que significou na sua vida pessoal, e em termos políticos, a sua atuação como dirigente sindical?

Lula — Eu, de um trabalhador desinformado, de um trabalhador que não enxergava um palmo à frente do nariz, de um trabalhador que não gostava de política, de um trabalhador que não participava sequer de assembleia no sindicato, ao estar no sindicato, eu compreendi que tinha perdido vinte anos



1979: Lula é consagrado como dirigente sindical e principal liderança dos trabalhadores brasileiros.



1987: Lula, presidente do PT e deputado constituinte mais votado do país (650 mil votos).

da minha vida sem fazer política, e descobri que o sindicato é um instrumento muito importante na luta da classe trabalhadora. Eu acho que a minha família foi sacrificada, indubitavelmente sacrificada, e muito sacrificada. Eu não pude participar e não posso participar praticamente do processo de educação dos meus filhos, eu não posso viver uma vida normal como todo cidadão com a sua companheira, mas apesar de tudo eu acho que valeu a pena. Eu acho que o sindicato foi a grande escola que eu tive na minha vida.

T e P — A partir de agora, qual é a relação que você pretende continuar mantendo com o movimento sindical?

Lula — A mesma. Eu tenho consciência que o dia em que eu deixar de ir à porta de fábrica, eu deixarei de ser o Lula que eu sou hoje. A porta de fábrica é o oxigênio de que eu preciso para respirar. Tenho consciência que a porta de fábrica é a análise de conjuntura que preciso para poder fazer política. Por isso, embora tenha deixado o mandato de diretor do sindicato, eu jamais deixarei a porta de fábrica, qualquer que seja a circunstância. Ir à porta de fábrica é uma obrigação política, é uma obrigação como ser humano que quer que a classe trabalhadora mude as relações nesse país. Eu deixo o sindicato obviamente triste, porque, depois de dezoito anos, isso aqui faz parte da minha vida, mas não deixo a luta, não deixo a porta de fábrica, não deixo as assembleias, não deixo a minha convivência diuturna com os companheiros da categoria e da diretoria do sindicato.

T e P — Qual foi o fato que mais marcou você nesses dezoito anos de atividade sindical?

Lula — O fato que mais me marcou no movimento sindical foi a greve de 78. A greve de 78 marcou muito a minha vida, porque foi a primeira experiência que eu tive de uma greve, e essa greve, ela me ensinou tudo aquilo que eu não tinha aprendido nos dez anos anteriores. Nessa greve eu amadureci. Nessa greve eu aprendi a fazer política. E nessa greve eu descobri que o movimento sindical é pequeno para a classe trabalhadora. Que o movimento sindical é muito pequeno, que a classe trabalhadora precisa ocupar os espaços políticos. A greve de 78, foi a minha libertação. Quer dizer, ela me libertou de preconceitos, ela me libertou de dúvidas, ela me libertou de desconhecimento. Eu acho que ela foi a razão do meu crescimento posterior. A greve de 80 já foi a consagração. Mas inegavelmente a greve de 78 foi para mim a realização maior, enquanto dirigente sindical. A descoberta maior, enquanto ser humano, enquanto defensor da luta de classes nesse país.

T e P — A gente estava acostumado a ver você aqui no sindicato, em porta de fábrica, em assembleia, com a camisa do João Fer-

rador, com um boné e, às vezes, junto com os companheiros, tomando um "mézinho". Agora, de repente, a gente passa a te ver de terno, gravata, colarinho branco, na tribuna do Congresso. Qual é a diferença que você sente de hoje, lá dentro do Congresso, para a vida que você tinha aqui?

Januário Fernandes da Silva

Lula — Olha, a primeira grande mudança na minha vida se deu quando eu deixei de ser peão de fábrica e vim assumir um cargo de direção do sindicato. Ou seja, a grande mudança, efetivamente, foi essa: eu era um peão, que era subordinado dentro da fábrica à chefia, a critérios da empresa, e, de repente, eu passo a vir para o sindicato para ser presidente, onde eu tinha liberdade, onde existiam 165 funcionários sob nossa responsabilidade. Essa foi a grande transformação na minha vida. Hoje, a diferença que eu vejo, embora eu não use mais a camisa do João Ferrador, é a consciência que eu tenho de que estou em Brasília cumprindo um papel. Qual é o papel que eu estou cumprindo em Brasília? É o papel de tentar fazer com que a classe trabalhadora se descubra para essa coisa chamada Poder. É o papel de tentar fazer com que a classe trabalhadora comece a compreender que o sindicato por si só não dá resposta aos seus problemas. É o papel de mostrar que a classe trabalhadora pode disputar em igualdade de condições com a burguesia, e ganhar porque tem competência. É por isso que eu tento me preparar. É por isso que eu tento discutir. É por isso que eu tento me aprimorar, porque eu quero, cada vez que debater com Delfim Neto, cada vez que debater com Roberto Campos, eu quero provar, que mesmo tendo apenas o 4º ano primário, eu tenho mais razão do que eles e tenho tanto conhecimento quanto eles. Esse é o meu papel no Congresso. E vou cumpri-lo à risca, porque eu tenho um compromisso, que é o meu compromisso com a libertação da classe trabalhadora.



18/07/87: Posse de Vicente Paulo da Silva ("Vicentinho") como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP).

cupa pelo fato de que o compromisso é grande demais. A responsabilidade é muito grande e aí você não pensa mais como pessoa. Pensa como uma pessoa comprometida, pensa como alguém que aos poucos vai travando uma luta junto com uma equipe, e eu aprendi muito facilmente que ninguém sozinho é absolutamente nada. Esse coletivismo, esse surgimento de novos quadros, a política de formação sindical, o investimento na questão cultural, vão fazer com que a gente avance mais e aí, por outro lado, isso nos dá uma certa tranquilidade com relação ao futuro que nos espera.

T e P — Do ponto de vista político, das necessidades dos trabalhadores e da atual situação do movimento sindical, qual é o maior desafio que irá encontrar pela frente durante a sua gestão?

Vicentinho — Bom, em primeiro lugar, o fato da existência da CUT, do PT, por exemplo, já é o resultado concreto da nossa luta. A continuidade da luta de construção desses instrumentos constitui desafios permanentes. Em segundo lugar, para mim, hoje, outro grande desafio é exatamente a formação de novos quadros no sindicato. A formação de novos companheiros, o surgimento de novas lideranças, porque só assim a gente consegue avançar. O sindicato, para mim, é uma escola para formação de dirigentes políticos desse país. E o fundamental é isso. Então, para mim, eu ficaria muito feliz, se na próxima gestão, com o próximo mandato, a gente contasse com vinte, trinta, cem ou mais

novos companheiros capacitados, dirigindo comissões de fábrica, dirigindo o sindicato e participando do partido. Só assim a classe trabalhadora avança. Então, para mim, isso é o fundamental.

T e P — Em um momento extremamente desfavorável para a classe trabalhadora, em que ela passa por um arrocho salarial jamais visto até mesmo durante o regime militar, e que, além do arrocho, ela é apunhalada pelas demissões, o que você gostaria de transmitir aos companheiros que, no Brasil inteiro, estão engajados na luta pela construção de uma nova sociedade?

Vicentinho — Nós estamos sentindo de perto as demissões por causa de uma política econômica recessiva, atrelada ao FMI, com a Lei de Segurança Nacional nas nossas costas nesse instante, mas, a gente não deve participar dos movimentos por interesses particulares ou pessoais. Devemos transformar as participações em compromisso de vida. A convicção e o compromisso de vida, a crença que a sociedade nova virá, de que é possível construir uma sociedade sem explorados, que é a sociedade socialista, devem ser os guias que norteiam a nossa existência. Acreditando nisso, fazendo disso compromisso de vida, a gente consegue avançar. É uma questão de tempo. Por isso, por maiores que sejam as dificuldades e os obstáculos, não devemos nem podemos desanimar. A luta é árdua, mas, o futuro que nos espera, será radiante.

(Entrevistas concedidas a Luís Flávio Rainho. Transcrição de fita feita por Joana D'arc Govêa Costa.)

"O sindicato é uma escola para formação de dirigentes políticos" **Vicentinho**

T e P — O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema tem uma tradição de renovar sua direção. De um modo geral, os presidentes não têm exercido mais de dois mandatos. Hoje, você assume esse importante cargo. Como é que você vê tudo isso?

Vicentinho — Em primeiro lugar, essa tradição significa que novos quadros têm surgido. Isso é importante para nossa luta. Como pessoa, para mim, é um motivo de muita satisfação, de muita honra, mas me preo-

Igreja e movimento operário no ABC

Eduardo Simões/F4



Heloisa Helena T. de Souza Martins

A partir do ano de 1984, foi desenvolvido no CEDI um programa que tinha, como um dos seus objetivos, verificar a forma de participação do militante católico na história das lutas operárias na região do ABC. Supúnhamos que tal militante desempenharia papel significativo e queríamos ver, justamente, qual tinha sido o papel do operário católico na organização e mobilização da sua classe. O período considerado foi o que se estende da criação da diocese de Santo André (que abrange todos os municípios do ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), em agosto de 1954, até dezembro de 1975, quando o seu primeiro bispo, d. Jorge Marcos de Oliveira, se afastou.

Partimos, então, de algumas coordenadas teóricas que deram sentido e significado à relação que estabelecemos entre Igreja e movimento operário:

1. As transformações ocorridas na organização e na prática da Igreja e dos movimentos de católicos na diocese de Santo André devem ser explicados, não só pelo que acontecia internamente na instituição, mas, principalmente, pelo processo histórico brasileiro, no período considerado.

2. Na diocese de Santo André, no período de 1954 a 1975, ocorreu um processo de reorientação institucional, com a passagem da Igreja, em um primeiro momento, de uma concepção de mundo conservadora para uma visão reformadora e, em um segundo momento, com a adesão de alguns setores a um projeto revolucionário.

3. Essa reorientação institucional foi o resultado tanto da atuação do bispo d. Jorge Marcos de Oliveira e de uma parte do clero, quanto da inserção dos movimentos da Ação Católica, especialmente a Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO), nas lutas das classes subalter-

nas. O fato de que, desde a sua criação, a diocese de Santo André estivesse voltada para a classe operária, deve-se à sua adequação a uma realidade social onde a predominância do trabalhador no setor industrial da economia exigia uma resposta pastoral da instituição.

4. Tanto o setor progressista da hierarquia, quanto os católicos organizados na JOC e na ACO, nesta Igreja particular, exerceram um papel profético na elaboração de um projeto de Igreja comprometido com o destino e os interesses das classes subalternas e que as coloca como sujeitos de sua própria história.

5. Os movimentos da Ação Católica, no ABC, desempenharam importante papel nas transformações ocorridas na Igreja Católica, inovando quanto à liturgia e ritual, ao relacionamento entre os leigos e a hierarquia, a participação e posição da mulher, a visão do trabalhador e de sua prática, ao envolvimento do militante cristão no sindicato, a

forma de participação do clero (e do bispo) no movimento operário.

6. A redefinição da prática dos católicos organizados nos movimentos da JOC e da ACO explica-se, por um lado, pelas crises da sociedade brasileira e, de outro, pelo compromisso e participação desses militantes católicos nos movimentos sociais. Foi essa inserção nas lutas sociais e políticas da classe operária, que deram à JOC e à ACO, a possibilidade de desenvolvimento de uma concepção de fé e de engajamento político que influenciaram; até hoje, outros movimentos de Igreja, especialmente aqueles ligados à Pastoral Popular.

7. A atuação desses militantes cristãos da diocese de Santo André, no movimento operário e sindical, influenciou os rumos do sindicalismo "autêntico" do ABC, pela sua proposta de uma prática política democrática, pluralista e autônoma, que permitisse a afirmação das bases operárias como responsáveis e protagonistas das decisões do movimento.

A partir de entrevistas com antigos militantes dos movimentos de Igreja voltados para a classe operária, conseguimos reconstruir a história dessa participação, ao mesmo tempo que acompanhamos a trajetória da classe operária na região. Pudemos assim confirmar que, ao contrário do que procura fazer ver uma certa visão acidental da História, a emergência de uma classe operária organizada e combativa não se deu como que por acaso, a partir das greves de 1978, nem exclusivamente a partir do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Não queremos afirmar, contudo, que os movimentos de Igreja foram os únicos responsáveis pelo crescimento e avanço da classe operária na região e, muito menos, que a participação dos militantes católicos nas lutas operárias se deu sempre da mesma forma.

D. Jorge Marcos

Vejamos, inicialmente, em que consistia a atuação de d. Jorge Marcos e qual o sentido de sua pastoral. Chegando em Santo André, em setembro de 1954, o novo bispo vinha preparado para atuar em uma região considerada como "o foco do comunismo corrupto, do comunismo ameaçador". Isto porque, na eleição municipal de 1947, foram eleitos — mas não empossados — o prefeito, o vice-prefeito e treze vereadores (todos operários, dos quais, seis metalúrgicos), todos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Além do mais, esse partido tinha a hegemonia no movimento sindical, controlando os principais sindicatos da região. Mas não foi esse aspecto que chamou a atenção de d. Jorge Marcos e sim o fato de que se tratava de uma região essencialmente operária, marcada pelas necessidades e problemas da classe operária.

Desde logo, esse foi o ponto central de sua pastoral.

Ainda que o objetivo inicial fosse o de "evangelizar o meio operário", seguindo a linha da Doutrina Social da Igreja, tratava-se de uma evangelização feita a partir de uma vivência maior da realidade concreta da vida operária. No caso da Igreja particular da diocese de Santo André, a Doutrina Social dava uma visão do operário que consistia em reconhecê-lo como uma "pessoa humana", como "filho de Deus" com uma série de direitos. Na realidade, a Igreja de Santo André reivindicava para o trabalhador os direitos de cidadão. O que era surpreendente, para muitos, era o fato de que não só o bispo e os padres dissessem isso nos púlpitos como, também fossem às praças públicas e às portas de fábrica acompanhar os trabalhadores em suas reivindicações.

A atuação do bispo e de alguns padres da região consistia em apoiar os trabalhadores em suas reivindicações, estar presente nos momentos de conflito, ajudar na mobilização e na preparação de passeatas e atos públicos, servir como mediador nos conflitos e greves. Participaram de várias campanhas e lutas da classe operária como a do abono de Natal, do 13º salário, do salário-família e as pelas Reformas de Base. Com isso, os padres e o bispo enfrentaram a reação de empresários e políticos, de outros padres da região e de vários setores da sociedade, que viam nessa participação uma atitude subversiva. Foram muitas as acusações difamatórias desfechadas contra eles, especialmente criticando a "intromissão perigosa e indevida" na vida temporal.

A avaliação feita sobre o significado da presença de d. Jorge Marcos na diocese destaca: de um lado, as limitações e as ambigüidades da atuação do bispo e dos padres a ele ligados, que reforçavam uma política conciliatória e se expressava por uma ação personalista e paternalista em muitas situações; por outro lado, o espaço aberto para o debate, para a presença e a influência política e ideológica das correntes mais avançadas do catolicismo. Criou-se na diocese um clima de debate em torno de temas importantes como a questão do marxismo, da revolução, das reformas de base, do humanismo cristão, das condições de vida da classe operária, do sindicato, que abriram "horizontes muito grandes". Concluiu-se, portanto, que havia na diocese, uma "abertura para o mundo", com a definição de uma posição clara da Igreja com respeito às questões da conjuntura política, social e econômica.

Com tudo isso, os movimentos de Igreja voltados para a classe operária, como a JOC e a ACO, foram beneficiados não só pela efetiva participação do bispo no movimento operário, como também pelo apoio dado aqueles movimentos.

A JOC na região

A análise desenvolvida sobre as organizações de operários católicos no ABC mostrou uma atuação diferenciada, bem como uma diversidade quanto à visão do movimento operário e do sindicato, além de propostas e formas próprias de inserção na sociedade. Considerando apenas o caso da JOC, podemos traçar diferentes momentos na sua his-



Aspecto de uma das assembléias da JOC realizada na década de 50.

tória no ABC que acompanharam, de certa forma, o que acontecia com o movimento a nível nacional. No período que vai de 1946 a 1961, a JOC se caracterizou pelo clericalismo, a preocupação com a cristianização do meio operário e a estreita ligação com a estrutura paroquial. Era um movimento de jovens trabalhadores, voltado para os problemas ligados à vida do jovem: família, sexo, amizade, lazer, saúde, trabalho etc. Mas desde o início se caracterizou por ser uma JOC operária, contrastando, inclusive, com grupos organizados em outras regiões do país, constituídos de trabalhadores de diversas categorias profissionais.

Os militantes jocistas atuavam preferencialmente na fábrica e no bairro, sendo a atuação no sindicato mais discreta, dependendo da vontade e do interesse de cada jocista. O trabalho da JOC, voltado essencialmente para a formação dos militantes para o movimento, era realizado a nível pessoal, procurando fazer com que o jovem trabalhador vivesse com dignidade não apenas a sua condição de operário, mas também como um ser humano. A participação nos grupos jocistas permitia ao jovem descobrir, primeiro, o seu valor humano e depois, tomar consciência de tudo o que o impedia de se realizar enquanto pessoa. O movimento dava, então, uma consciência de fraternidade, da importância de uma união dos jovens no encaminhamento de suas lutas. Propiciava, assim, a formação de uma mentalidade operária a partir da descoberta da condição de operário, dos direitos, das injustiças cometidas contra a sua condição de ser humano e de operário. Uma visão política, contudo, associada a uma vivência da fé.

Mudanças estruturais e organizativas

A partir do 1º Congresso da JOC realizado em novembro de 1961 iniciou-se uma mudança na estrutura e na organização do movimento. Os jovens jocistas foram incentivados a se aproximarem do sindicato e terem uma atuação crítica, procurando transformar os sindicatos. Começou a se formar dentro do movimento jocista uma posição crítica à estrutura sindical, ao atrelamento do sindicato ao Estado e surgiram as primeiras tentativas de apresentarem chapas às eleições sindicais, compostas de trabalhadores interessados em defender os interesses da classe operária, os "autênticos" como já eram denominados.

Nos primeiros anos da década de 60, até o golpe de 1964, ao lado da militância nas fábricas, os jocistas estiveram envolvidos em atividades ligadas às lutas pelas Reformas de Base, acompanhando outros grupos e organizações da Igreja e da sociedade brasileira. A participação em manifestações e campanhas, em debates e discussões relacionadas

Eduardo Simões/F4



com as principais questões políticas do momento, fizeram com que esses militantes do ABC fossem recebendo a influência política e ideológica de várias organizações, especialmente as da chamada Esquerda Católica.

Como não podia deixar de ser, esse envolvimento nessas questões acabou provocando tensões e conflitos não só no relacionamento com a hierarquia, mas também dentro do movimento. A principal consequência para a JOC foi um sensível decréscimo da participação dos militantes no movimento jocista, voltados que estavam para os movimentos sociais.

O golpe de 31 de março de 1964 provocou uma ruptura nas articulações e mobilizações em torno das Reformas de Base, pondo por terra as esperanças daqueles que acreditavam que elas pudessem levar à transformações benéficas para a classe trabalhadora.

A Igreja Católica, que já se apresentara dividida durante os acontecimentos que antecederam o golpe, permaneceu por algum tempo em uma atitude de prudência e de indecisão. Aos poucos, entretanto, começaram a surgir, no seu interior, os primeiros sinais de inquietude em face dos rumos tomados pelo processo de reorganização da estrutura de poder. As principais críticas dirigiam-se aos desmandos cometidos em nome da lei e da ordem, especialmente quando esses desmandos atingiam os membros do clero e do laicato católicos. Como disse o bispo d. Jorge Marcos em sua entrevista, "nada ajudou tanto à Igreja no Brasil, como a revolução de 1964". Ou seja, em face do Estado autoritário começaram a ganhar espaço dentro da Igreja as idéias e propostas sociais dos setores mais avançados, ao mesmo tempo que a posição

da instituição na sociedade era reforçada. A Igreja Católica tornou-se, então, a única instituição que, na sociedade civil, possuía um discurso social capaz de atrair a massa de insatisfeitos e marginalizados, afastada do pacto social e político autoritário. Era a única capaz de dar-lhe os elementos ideológicos para se contrapor ao regime coercitivo em constituição.

Concílio Vaticano 2º

Não podemos deixar de acentuar, aqui, as modificações introduzidas pelo Concílio Vaticano 2º, principalmente quanto à atuação dos leigos e à abertura para o "mundo". A Igreja assumiu uma decisiva intervenção na sociedade, em defesa dos pobres e marginalizados sociais. Com isso se definiu, com maior clareza, uma nova visão da Igreja e de um apostolado no meio social, que provocou uma série de tensões e conflitos no interior da instituição. A ampliação das funções dos leigos, acompanhada pelo reconhecimento da necessidade de uma melhor formação e de maior conhecimento da realidade em que atuavam, constituíram-se em pontos que ameaçavam a sempre pretendida unidade.

Ficou evidente na análise que os movimentos leigos provocaram modificações, introduziram tensões, produziram protestos e reivindicações; especialmente reivindicações de uma autonomia maior com relação à hierarquia e de uma democratização interna da Igreja. Os militantes católicos do ABC, especialmente, passaram a ter uma atuação voltada para os movimentos sociais, saindo dos limites dos movimentos de Igreja e confundindo-se com os outros atores históricos. Foi um momento muito rico na vida



desses militantes, marcado por muitas contradições e dificuldades de relacionamento com setores da Igreja e da sociedade.

No interior dos movimentos de Igreja iniciou-se uma fase de estudos e de reflexão a respeito da realidade brasileira. A JOC entendia que era preciso reformular a concepção de fé existente, como forma de acompanhar a atuação dos jocistas comprometidos politicamente com as transformações da sociedade. Daí a necessidade de uma maior reflexão e estudos teóricos que dessem subsídios e fundamentassem essa prática. Essa orientação trouxe consequências para a JOC: de um lado, acentuou as divergências com a hierarquia e aumentou o distanciamento com a Igreja; de outro, tornou mais difícil a aproximação com a base operária, devido ao avanço em nível de consciência e conhecimentos dos dirigentes militantes da JOC. Essa perdeu, então, o seu caráter de juventude.

Ação Popular

A busca de ampliação de horizontes e de melhor compreensão da realidade em que atuavam, aproximou os militantes católicos do ABC, da Ação Popular (AP). Esta organização política, cujas idéias já corriam entre os militantes da região desde 1963, através do jornal "Brasil Urgente", procurava uma penetração mais efetiva na diocese a partir de 1965. A principal contribuição da AP aos movimentos de Igreja foi na organização de cursos de aprofundamento teórico, iniciando um processo de discussão que, aos poucos, foi construindo uma nova visão da sociedade brasileira e determinando novas formas de atuação. Algumas questões começaram a ser aprofundadas nesses debates, es-

pecialmente com relação à sociedade capitalista e ao significado da revolução. Ficou evidente, nos depoimentos, que a idéia de um outro tipo de sociedade, estruturada em modelos socialistas, começou a circular entre os militantes católicos, agora não tão assustados com a ameaça do comunismo.

A AP teve uma efetiva influência no sentido de transmitir aos "católicos avançados" da diocese de Santo André, uma visão diferente, criando uma mentalidade nova e levando a uma politização da prática desenvolvida. Ao lado de outros grupos políticos, foi responsável pela organização de um movimento de oposição à diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André (a partir das eleições de 1965) que teve importante presença nos principais acontecimentos da entidade nos anos de 1966 e 1967. Este foi o núcleo da Oposição Sindical Metalúrgica, na região, que teve atuação destacada até o final de 1970. A AP esteve presente, também, nas fábricas — pelo menos até 1971 — e foi uma das principais articuladoras, no ABC, dos acontecimentos de 1º de maio de 1968, na Praça da Sé.

Repressão e mudança de estilo

Depois da participação dos militantes católicos da diocese no 1º de maio de 1968, o clima de insegurança e repressão se intensificou na região. Lideranças tiveram que sair de circulação, pessoas foram presas, contribuindo para aumentar o medo e a intranquilidade. A vigilância policial cresceu, documentos foram rasgados ou escondidos. As perseguições e as delações proliferaram. Como resultado, nessa fase deixou-se de lado o trabalho de mobilização e as grandes concentrações e voltou-se para o trabalho de or-

ganização nas fábricas e nos bairros, feito na clandestinidade.

A ACO e a JOC, principalmente, voltaram ao estilo de atuação anterior a 1964. Foi a volta ao trabalho com pequenos grupos, em uma tentativa de resistência ao sistema. A militância adquiriu um aspecto mais individual, feita de pessoa a pessoa, com uma grande preocupação com a segurança. Nessa fase, procurava-se, como antigamente, despertar a consciência dos jovens trabalhadores e atraí-los para o movimento de Igreja. Com isso, procurava-se reanimar a JOC e fazê-la crescer, aproveitando todos os meios e condições favoráveis.

Foi nos primeiros anos da década de 70 que os militantes católicos se aproximaram das organizações e movimentos populares, ampliando a sua área de atuação e de reivindicações. Nesse contexto, os movimentos de Igreja "ganham o mundo", confundindo-se com outros grupos na sociedade, participando das lutas que se desenvolviam. Aliados a outros grupos de oposição, os militantes católicos foram desenvolvendo uma prática política que levou para dentro da Igreja as contradições e as questões da sociedade, acentuando os conflitos internos e provocando mudanças. Aos poucos, os movimentos de JOC e ACO se definiram como *movimentos de classe*, ou seja, passaram a se ver como *parte* dos movimentos operário e sindical, orientando-se, desde então, por um projeto da classe trabalhadora. Explicitaram-se, nesse momento, as tendências de um processo que vinha de algum tempo: a organização da classe operária a partir da base, com organizações operárias autônomas dirigidas pelos operários, como expressão de um sindicato autêntico e combativo.

É preciso lembrar ainda que a reformulação da prática dos militantes católicos só foi possível devido à condição operária de tais militantes e à sua inserção nos movimentos e lutas sociais. Quando se discute a "opção pelos pobres" feita por alguns bispos e setores cristãos, após o Vaticano 2º, é necessário ter presente que, no caso dos movimentos de operários católicos, a opção foi por eles mesmos. No caso desses movimentos, a opção foi de classe, pois, os operários eram os pobres e os injustiçados que viviam em uma situação de pobreza e miséria, sem o direito a uma vida digna e a uma participação na vida social e política. Eram, em outras palavras, os oprimidos. Ao reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, esses militantes foram descobrindo os meios e os canais de expressão de seus interesses.

Heloisa Helena T. de Souza Martins é professora de Sociologia no Depto. de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo e participa do Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" do CEDI.



Os cristãos na luta operária

Frei Betto

O lugar social ocupado pela classe trabalhadora é, por excelência, o lugar da evangelização. Do ponto de vista das ciências sociais, por ser o lugar no qual se define a verdadeira natureza do processo de transformação da sociedade. Não há transformação qualitativa sem emancipação da classe trabalhadora. Do ponto de vista teológico, por ser a classe trabalhadora, oprimida no sistema capitalista, a que melhor se enquadra no conceito bíblico de "pobre", objeto do amor preferencial de Deus por refletir, em sua situação de classe empobrecida, um estado de carência que decorre de relações sociais injustas e que representa a negação do dom maior do Pai: a vida.

Os teólogos da libertação têm insistido em que o amor preferencial de Deus pelos pobres, tão nítido na tradição bíblica (cf. Mt 11,25-26), não é por serem os pobres melhores ou piores do que os demais. Em nossa so-

ciedade, há inúmeros pobres que votam nos políticos de direita, são pistoleiros de latifundiários, ingressam em forças policiais criminosas, espancam suas mulheres e quando melhoram de situação agem exatamente segundo o modelo dos opressores. Deus os faz bem-aventurados por serem pobres, ou seja, por se encontrarem involuntariamente numa situação de privação dos bens essenciais à vida. Eles são vítimas do pecado social. A luta de classes subverte o projeto de Deus na história na medida em que a acumulação de uns poucos resulta da exploração de uma enorme massa de despossuídos.

Assim, a Pastoral Operária quer situar-se lá onde o Senhor se faz *um-com-e-como-eles*: no meio dos pobres (Mt 25,31-46). Ela quer ser a presença da Igreja dentro da classe trabalhadora e a presença da classe trabalhadora dentro da Igreja. Parafraseando Leonardo da Vinci, ao afirmar que o sol e a lua, embora

ocupando pontos cardeais opostos, se encontram num único ponto, o olho humano, Igreja e classe trabalhadora, na maioria dos países da América Latina, encontram-se na pessoa do operário oprimido e crente. Esse homem espoliado pelo capital é o mesmo que encara a vida e o mundo pelos olhos da fé cristã e que em geral encontra na Igreja um espaço que o faz sentir-se *por dentro*, enquanto nas demais instituições sociais, bem como no processo político-econômico, ele é excluído, condenado a ficar *por fora*.

Uma nova espiritualidade

Uma das dificuldades enfrentadas pelos operários cristãos comprometidos com as lutas de sua classe é a de encontrar uma espiritualidade adequada à conflitividade em que estão inseridos. Nas igrejas cristãs, em geral espiritualidade está associada à ausência de

tensões, lugares desertos, claustros silenciosos e exuberância ecológica. Ou seja, tudo aquilo que não se encontra numa fábrica repleta de ruídos ensurdecedores, numa região industrial contaminada pela poluição e na vida de um trabalhador que mora na favela, come mal, enfrenta conduções apertadas e não dispõe de tempo para dedicar-se a algo que se pareça a um retiro espiritual. Diante de tal quadro, há duas hipóteses: a primeira, lamentar o progresso que já não permite aos trabalhadores cultivarem sua vida espiritual — luxo exclusivo das classes abastadas... A segunda, questionar a própria concepção de espiritualidade predominante em nossas igrejas. Caso contrário, não nos resta outra alternativa senão ver os nossos grupos de Pastoral Operária absorvidos por um ativismo que mantém como referência uma espécie de ideologia religiosa e cujas celebrações pouco diferem das exaustivas reuniões alongadas por sucessivos discursos sobre a opressão e os opressores.

A segunda hipótese impõe-nos como ponto de partida esta pergunta metodológica: como era a espiritualidade de Jesus? Ao abrir o Evangelho não nos deparamos com alguém que se isola do mundo para melhor encontrar Deus. O que vemos é um homem comprometido com as classes trabalhadoras de seu tempo, sendo ele mesmo filho de um carpinteiro, e cuja linguagem reflete imagens e símbolos próprios do universo dos oprimidos, como seara, colheita, arado, semente, pesca, azeite, farinha, pão, lavrador, animais etc. Jesus vive imerso na conflitividade, em permanente discussão com as autoridades religiosas e políticas de seu tempo (Jo 8,39ss), cercado pela multidão (Mc 4,1), sem tempo para comer ou descansar (Lc 9,58-60). No entanto, vive em permanente comunhão com o Pai e o povo. Certamente na prática de Jesus temos a chave para uma *espiritualidade no conflito*, adequada aos militantes cristãos do movimento operário.

Dois aspectos destacam-se na prática ou na militância de Jesus: sua radical opção pela causa dos pobres — apresentada por ele como a causa preferencial do Pai — e sua intensa vida de oração. É bem claro o projeto do Reino assumido por ele: “vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Ora, a ótica da fé nos permite compreender a vida pelos olhos de Deus. Revela-nos o *sentido* mais profundo e fundamental da existência. Porém, não pode haver sentido numa existência que sequer se encontra assegurada em suas necessidades básicas de vida. Por isso, a plenitude de vida supõe, primeiro, a própria possibilidade material de vida. “Vocês nunca leram o que Davi e seus companheiros fizeram quando estavam passando necessidade e sentindo fome?” (Mc 2,25) pergunta Jesus aos fariseus para afirmar o princípio da sacralidade da existência material do ser humano sobre todos os demais símbolos e objetos considerados sagra-

dos. “O sábado (o que havia de mais sagrado segundo a lei) foi feito para servir ao homem e não o homem para servir ao sábado” (Mc 2,27). É esta defesa da vida como dom primordial de Deus que faz Jesus *materializar* os critérios da salvação. Serão salvos aqueles que derem comida a quem tem fome, bebida a quem tem sede, casa a quem anda desabrigado, roupa a quem se encontra nu, saúde ao doente e solidariedade a quem padece opressão (Mt 25,35-36). A justiça aos pobres é a condição primeira da conversão. Sob o impacto das palavras de João Batista, as multidões perguntavam: “O que devemos fazer?” João indicava como sinal de conversão a partilha de bens materiais, ou seja, a redução da contradição social em favor da possibilidade de vida ao pobre: “quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida, faça a mesma coisa” (Lc 3,10-13).

Assim, essa opção eficaz — que resulta em proporcionar aos pobres condições de saírem da pobreza — é, para Jesus, a condição a priori para ser seu discípulo. “Falta só uma coisa para você fazer: vá, venda tudo, dê o dinheiro aos pobres, e você terá o tesouro no céu. Depois, venha e siga-me”, diz ele ao homem rico (Mc 10,21). Tal cumplicidade com os pobres decorre, na espiritualidade de Jesus, de sua certeza no amor preferencial do Pai por eles (Mt 11,25). Certeza adquirida na intensidade de sua vida de oração. Jesus não abandona o mundo para encontrar o Pai. Apenas abre espaço, em suas atividades, para nutrir sua fé e sua experiência de amor com o Pai. É o espaço da ociosidade amorosa, necessário a todo o ser humano, tão vital quanto o pão. Porém, gratuito, como tudo que traz “vida em abundância”. Sendo Deus uma pessoa com quem se tem diálogo e intimidade — e não mera referência semântica a um sentimento religioso — Jesus reserva parte de seu tempo a essa pessoa, assim como se faz quando se trata de acolher

uma pessoa muito querida. Lucas é quem mais chama a atenção para essa prática de Jesus: “Se retirava para lugares desertos, a fim de rezar” (5,16), “Foi para a montanha a fim de rezar. E passou toda a noite em oração a Deus” (6,12), “subiu à montanha para rezar” (9,28). A oração é um momento nas atividades diárias de Jesus, assim como o sono ou a alimentação, essenciais ao reabastecimento de nossas energias. Momento em que ele se deixava envolver pelo Pai e, assim, ver as coisas pelos olhos do projeto de Deus na história.

Desafios pastorais

Sem essa mística que permita aos militantes operários uma experiência teológica da fé, a Pastoral Operária corre o risco de reduzir-se a uma espécie de grupo parasindical inspirado por uma ideologia de caráter religioso. Tal reducionismo produz em seus militantes um espírito de concorrência com as tendências políticas, como se a PO fosse portadora de um projeto político/sindical alternativo e não principalmente de uma missão evangelizadora. Sob a ótica exclusivamente didática podemos considerar que a Pastoral Operária é esfera de Igreja, enquanto os movimentos populares, sindicais e políticos são esferas do Reino. Portanto, ela é como um posto de gasolina, onde os militantes operários se abastecem na fé, através das celebrações, das reflexões, das discussões e estudos. O importante, porém, é regressar aos caminhos que fazem avançar a história e levam à libertação — lá onde se situam as ferramentas de construção do Reino.

Frei Betto, dominicano, é assessor da Pastoral Operária de S. B. do Campo (SP). Autor de vários livros, lançou recentemente o romance *O dia de Ângelo* (Brasiliense).



MEMÓRIA E AC DO MOVIMEN

Nilde Balcão

O CEDI possui vários programas de estudos e pesquisas. Um deles, denominado "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário" possui uma definição básica e fundamental que é seu compromisso com a construção e o fortalecimento de um novo *sujeito político*, que nasce das grandes greves operárias iniciadas em 1978, na região do ABC e que se consubstancia na elaboração de um projeto político classista para a sociedade brasileira.

A forma específica de contribuição do Programa está na reconstrução da história e no registro e acompanhamento das lutas operárias e sindicais recentes, que permite a recuperação e a reflexão crítica do processo de afirmação política da classe operária brasileira, enquanto sujeito de sua própria história. O ciclo de grandes greves operárias inaugura uma nova etapa na história sindical e operária do país, que configura uma nova proposta sindical. De diversas formas e com muita criatividade, constrói-se uma prática sindical de massas, um nível de organização nas bases que supera os limites da estrutura sindical oficial, demonstra uma capacidade de luta surpreendente e afirma a autonomia da classe trabalhadora, enquanto sujeito político-histórico.

Com a criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, um dos mais importantes instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora, a reconstrução e reflexão da história operária ganha um significado especial.

Recuperar essa história e apresentá-la é um elemento fundamental para a construção de

uma identidade da classe operária enquanto classe e enquanto sujeito político que cria seu próprio projeto histórico. Conhecer seu passado, sua trajetória de lutas, de conquistas e dificuldades também ajuda na perspectiva de enfrentamento dos conflitos presentes. De um lado, porque é possível entender os processos que levaram à determinação das circunstâncias atuais. De outro, porque relativiza os confrontos imediatos com os patrões e/ou o governo porque permite a dimensão histórica das suas lutas.

Por sua vez, a classe dominante tem sistematicamente, através das versões oficiais, escamoteado a participação da classe operária, enquanto elemento político diante do confronto histórico com outras classes, cujos interesses são contraditórios com os seus.

O Programa tem pesquisado a história do movimento operário no ABC porque é aí que nasce essa nova proposta sindical. No conjunto dessa pesquisa, ele tem dado atenção também à participação dos militantes cristãos no movimento operário, face à importância que a Igreja teve no apoio aos movimentos grevistas da região. O enfoque dessa perspectiva busca apreender como se constrói e quais os elementos que fundamentam a prática desses militantes no movimento operário e sindical e quais as influências que exercem, de um lado, no interior do movimento, e de outro, no interior da Igreja.

Outra região do estado de São Paulo que tem sido objeto de pesquisa por parte do Programa é São José dos Campos, onde a cate-

goria dos metalúrgicos apresenta uma particularidade especial, que é a concentração de indústrias bélicas, assunto ainda pouco pesquisado e estudado em nosso país.

Por sua vez, a reflexão teórica e crítica é um elemento fundamental na construção de um movimento ainda recente, e, portanto, marcado pelo conflito entre a experiência do passado e sua proposta atual.

Apesar do ascenso das lutas e da recomposição orgânica do movimento, é ainda necessário superar:

- o corporativismo, resultado de uma estrutura sindical autoritária, assim concebida pelo Estado;

- a falta de formação político-ideológica dos militantes em função da falta de memória histórica, de acesso à informação e à inconsistência de sua identidade de classe;

- as dificuldades de articulação nacional do movimento, dada a extensão do país e as dificuldades para a troca de experiências e o conhecimento das realidades específicas;

- os limites da reflexão política na avaliação e crítica sobre a própria prática de forma sistemática e permanente, com a superação de um certo imediatismo e voluntarismo político, que a situação geral do movimento impõe.

É nesse esforço de reconstrução da memória, acompanhamento do movimento e reflexão teórica, que o Programa tem se empenhado em diversas atividades, tais como:

COMPANHAMENTO

TO OPERÁRIO



— a organização e informatização de um acervo do material produzido pelo movimento ou sobre este (boletins, jornais, cartazes, fotos, livros), em especial, na região do ABC;

— a pesquisa sobre a história do movimento operário e sindical no ABC e em São José dos Campos;

— o aprofundamento do estudo de metodologias adequadas para a reconstrução da memória;

— a elaboração de textos, cadernos, livros, que a partir da pesquisa histórica e a reflexão teórica, traduzam o esforço de socialização da memória e reflexão sobre o movimento e para o movimento;

— a assessoria a esse novo sujeito político a partir da reflexão e crítica;

— a preocupação com a formação de quadros para o movimento;

— a elaboração de um conhecimento que responda às questões colocadas pela conjuntura.

São essas as atividades básicas do Programa definidas a partir de seu compromisso com o fortalecimento dessa nova proposta sindical, cuja expressão maior é a CUT.

Nilde Balcão é assessora do Programa. Realizou a pesquisa e redação do livro *História dos Metalúrgicos de São Caetano* (CEDI).

Publicações do Programa



1º DE MAIO: 100 ANOS DE LUTA

Editado pelo Programa e publicado pelo Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, consta de um texto sobre a história do 1º de Maio e doze cartões postais com fotos relativas a essa data na história do sindicalismo internacional.

FUNDO DE GREVE: DA RESISTÊNCIA À AUTONOMIA SINDICAL

Editado pelo Programa e publicado pelo Fundo de Greve do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, conta a história do Fundo de Greve desse sindicato, com suas dificuldades e seus acertos, seu papel no movimento e as questões que se colocam hoje para o avanço desse importante instrumento das lutas da classe trabalhadora.



ACONTECEU TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL

Essa série apresenta resumos dos fatos politicamente mais significativos concernentes à vida dos trabalhadores urbanos, nos mais diferentes setores, abordando as greves, a organização política através dos sindicatos e das centrais sindicais e a movimentação das principais categorias. Tomando como base as notícias veiculadas pelos grandes jornais e a imprensa sindical, a equipe do CEDI constrói um levantamento dos fatos marcantes de cada categoria, procurando dar um tratamento às informações que fuja às deturpações próprias dos órgãos de

imprensa sem compromisso com os trabalhadores.

No caso dos eventos de maior importância são realizadas entrevistas com os próprios trabalhadores envolvidos de forma a reafirmar seus pontos de vista.

De 1978 a 1981 foram feitas edições anuais registrando os acontecimentos da época. Com um novo projeto gráfico, foi lançado o volume que abrange o período de 1982/1984. No final deste ano, deve ser publicado o volume referente a 1985/1986, e no 1º semestre de 1988, o de 1987.

Contribuição ao Debate

Contribuição ao Debate é uma série de cadernos voltados exclusivamente para as discussões e reflexões do movimento sindical. Seu objetivo é colaborar para o processo de formação política e sindical dos militantes, contribuir para socializar a reflexão das lideranças e do próprio movimento, refletir de forma crítica sobre a evolução das lutas e debater questões importantes para o avanço do movimento sindical.

Esta publicação não está vinculada a qualquer instância orgânica do movimento sindical, mas possui um compromisso político, editorial e militante com esta nova proposta sindical, que se constitui enquanto central sindical, na CUT.

Já foram publicados dois cadernos dessa série:



HISTÓRIA DOS METALÚRGICOS DE SÃO CAETANO

Registro da resistência operária nas fábricas em São Caetano, da luta contra uma diretoria do sindicato comprometida com os patrões e o governo, do confronto entre diferentes concepções político-ideológicas no movimento sindical e da abertura de novas perspectivas com a implantação da CUT na cidade.

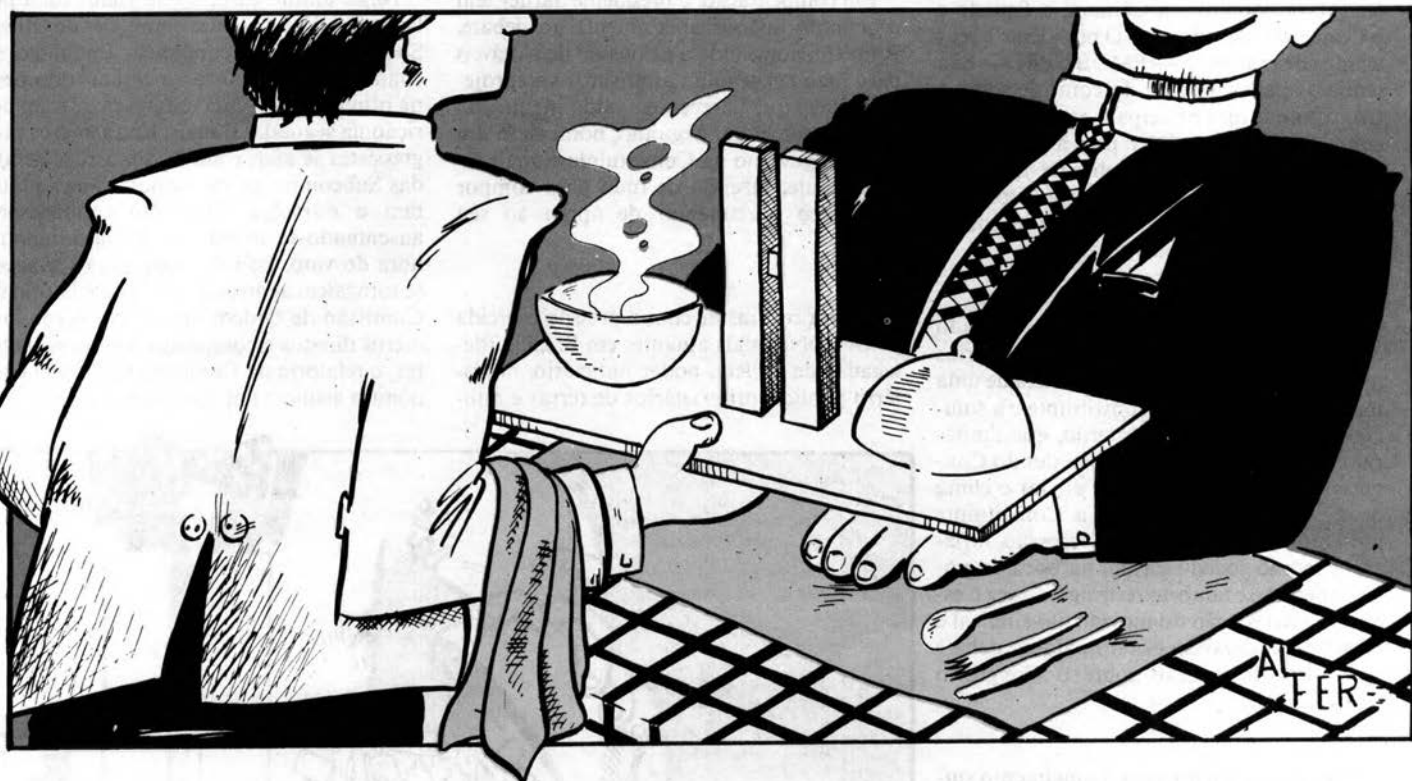


A CUT NAS CAMPANHAS SALARIAIS DE 1985

Reproduz um debate entre dirigentes sindicais das campanhas salariais mais importantes em 1985: a campanha salarial dos metalúrgicos, a campanha nacional dos bancários e a campanha salarial unificada. O texto, em forma coloquial, reproduz as principais questões enfrentadas pelo movimento sindical nesse ano, como a redução da jornada, o papel dos sindicatos, as negociações com o governo e os patrões, e as novas formas de controle e dominação da "Nova República".

Constituinte: o que resta aos trabalhadores

Marco Antonio de Oliveira



Ninguém ou quase ninguém, entre os que são e os que se dizem porta-vozes dos trabalhadores, tinha ilusões de que a Constituinte iria consagrar na forma da lei os anseios e as aspirações daqueles que sempre foram o esteio da sociedade brasileira. Desde o primeiro momento, a atribuição de poderes constituintes ao Congresso Nacional afastou a possibilidade de realização de uma Assembléia Constituinte verdadeiramente livre, democrática e soberana, tornando ainda evidente que tudo não passava de mais uma cartada no complicado jogo da transição conservadora.

Como se isso não bastasse para dar cabo da mudança lenta, gradual e segura empreendida pela Aliança Democrática, a eleição conjunta de governadores, deputados e senadores desfigurou por completo o processo

constituinte e inviabilizou o debate em torno da escolha dos futuros delegados ao Congresso Constituinte, deixando claro de uma vez por todas que o trabalho de elaboração da nova carta constitucional do país não só iria assumir um tom conservador como se prestaria a consolidar institucionalmente a Nova República, mesmo depois da morte de seu principal articulador e da crise de legitimidade enfrentada por José Sarney Costa.

De qualquer forma acreditava-se que seria possível avançar na definição das regras básicas da vida democrática, pois a Nova República, na busca de um "amplo entendimento nacional", teria forçosamente que abrir campo à participação popular. Se o governo Sarney definia-se, pouco a pouco, por um estilo de governo baseado no "rearranjo pelo alto" das classes dominantes e numa forma

de "populismo sem povo", parecia óbvio que não se poderia avançar na formulação de um consistente programa de governo sem o devido respaldo popular. Do contrário só restaria — como restou — o recurso à prática do clientelismo e do fisiologismo, com todos os casuísmos que essa prática exige na hora de governar.

O fato é que apesar da grande vitória do PMDB, em 1986, os resultados eleitorais indicaram um grande número de votos brancos e nulos, a imensa fragilidade da estrutura partidária e a presença dos mais diferentes grupos de pressão sobre a vida político-institucional do país. Além disso, a Aliança Democrática começou a rachar de cima a baixo e o governo Sarney caiu rapidamente no descrédito popular, após o melancólico desfecho do Plano Cruzado. O agravamento da

crise econômica e seus desdobramentos no plano político pareciam, portanto, abrir brechas à participação sindical e popular, para além dos pactos e tréguas sonhados pela Nova República.

Quando em 1º de fevereiro de 1987 tiveram início os trabalhos do Congresso Constituinte, os 559 parlamentares assumiram seus mandatos em meio ao acirramento das divergências dentro do próprio governo, depois do colapso do Cruzado e da fracassada tentativa de pacto social envolvendo patrões, governo e trabalhadores. E no mesmo ritmo em que se acelerou a inflação, acirraram-se também as disputas pelo controle da vida política do país: as forças que ainda apoiavam o governo Sarney fizeram de tudo para manter sob seu domínio a Câmara, o Senado e o Congresso Constituinte. O presidente e seus aliados de momento — PMDB e PFL — não temiam apenas a perda do controle sobre a Constituinte, mas principalmente a perda do controle do poder político para a Constituinte, o que implicaria no reconhecimento de sua soberania e na decretação da transitoriedade do governo Sarney, com todas as consequências que isso poderia trazer.

No entanto, esse risco foi logo afastado com a manutenção dos trabalhos ordinários da Câmara e do Senado, a existência de uma maioria governista na Constituinte e a solução dada ao regimento interno, que limitaram mais ainda o debate às paredes do Congresso. Com isso esperava-se aliviar o clima de expectativa que cercava a Constituinte num momento em que crise, recessão, inflação e tensão social estavam na boca do povo; esperava-se também restringir de vez o espaço à intervenção do movimento sindical e popular, procurando evitar qualquer debate ou forma de pressão sobre o Congresso Constituinte.

Mas, se à primeira vista o movimento sindical e popular viu seu poder de influência sobre a Constituinte bastante reduzido, não estava totalmente descartada a possibilidade de que o quadro político se alterasse em favor dos trabalhadores. Isso, porém, iria depender da capacidade de pressão e mobilização do próprio movimento sindical e popular. Se saltavam aos olhos o predomínio do oportunismo e do fisiologismo, tão caros à vida política brasileira, o espectro da crise não havia deixado de pairar como uma verdadeira ameaça sobre as cabeças dos constituintes reunidos em Brasília. É certo que não se temia mais a perda do controle da Constituinte, ou a perda do poder político para a Constituinte, mas os acordos que restringiram sua soberania não conseguiram afastar as divergências maiores entre PFL, PMDB e o próprio Sarney, o que significava que a Constituinte poderia ainda se transfor-

mar em caixa de ressonância da crise vivida e sentida em todo o país.

Só que apesar das iniciativas de caráter popular, a Constituinte não chegou, até agora, a desempenhar esse papel. Tímido no enfrentamento do debate, o movimento sindical e popular tem se limitado a adotar uma postura reivindicatória quanto ao Congresso Constituinte, sem conseguir converter as demandas populares num programa de ação política capaz de conferir coesão às forças situadas no campo popular de oposição. Sequer as manifestações por uma Constituinte livre, democrática e soberana conseguiram ganhar as ruas.

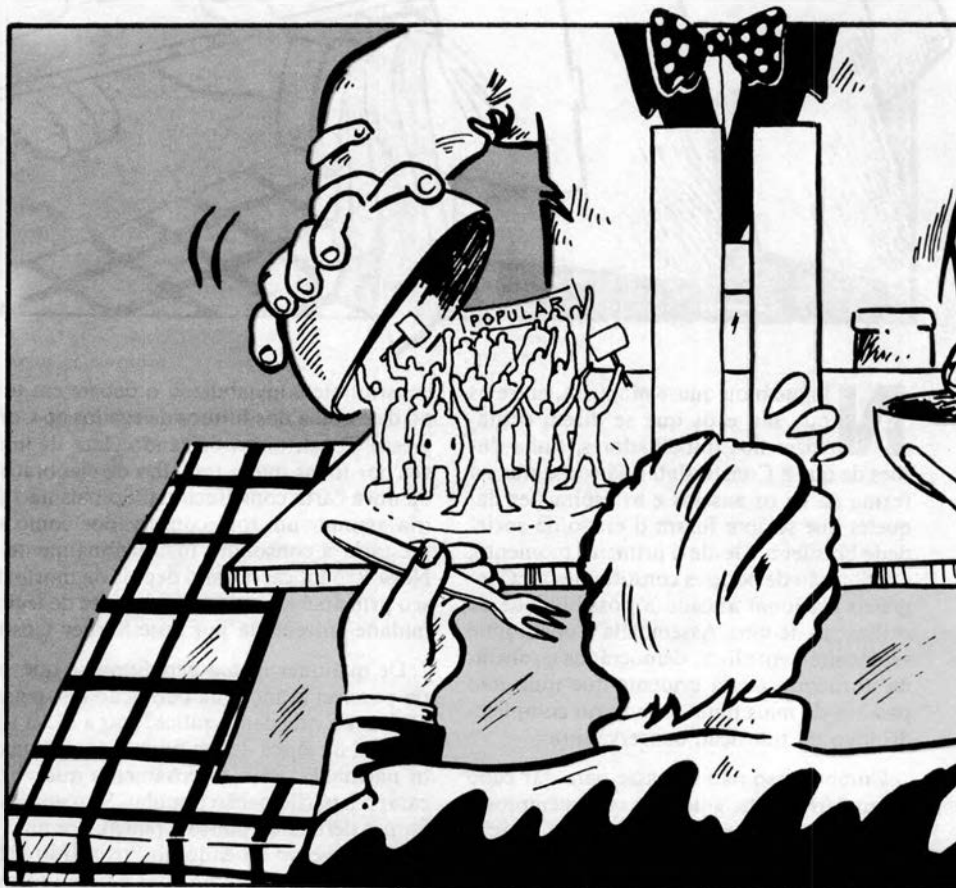
Em compensação, o presidente Sarney tem procurado intervir abertamente no debate. Primeiro, nomeando a Comissão de Notáveis para logo em seguida arquivar o anteprojeto Arinos, que pareceu ter saído melhor do que a encomenda. Segundo, nomeando um líder do governo na Constituinte e, mais recentemente, fazendo de tudo para compor um bloco parlamentar de apoio ao seu governo.

E para contrastar com a pressão exercida pelos lobbies mais atuantes em Brasília (delegados de polícia, poder judiciário, ministério público, proprietários de terras e mili-

tares), a ação das Forças Armadas no combate às greves inibe ainda mais as manifestações populares que poderiam vir a ter alguma repercussão sobre o Congresso Constituinte.

De resto a própria forma de organização dos trabalhos dentro do Congresso inviabiliza o debate sobre os grandes temas nacionais. Abandonada a idéia de um texto base, o debate foi relegado às Subcomissões e Comissões Temáticas para depois convergir à Comissão de Sistematização, responsável pela elaboração do anteprojeto que agora retorna para discussão e votação no plenário.

Neste último caso, o que vimos foi a polarização do debate nas comissões de Ordem Social e Ordem Econômica. Enquanto os chamados progressistas jogaram todo peso na primeira, os conservadores marcaram posição na segunda. E mais. Enquanto os progressistas se afeerravam às discussões dentro das Subcomissões, os conservadores adotaram a estratégia do "rolo compressor", ausentando-se do debate, mas decidindo na hora do voto. Isso fez com que os avanços se tornassem aparentes, pois se o relatório da Comissão de Ordem Social consagrou inúmeros direitos e conquistas dos trabalhadores, o relatório da Comissão de Ordem Econômica assumiu um tom nitidamente conser-

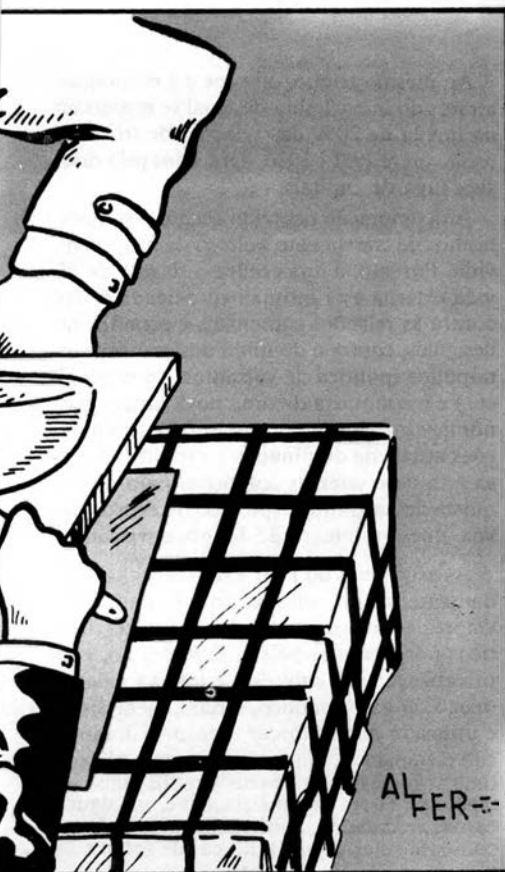


vador, e que — se prevalecer — irá inviabilizar as mudanças propostas na área social.

Chegada a fase de sistematização, vimos então a impossibilidade de se obter um anteprojeto constitucional digno deste nome. Sem entrar nas questões de mérito, a Comissão de Sistematização limitou-se a agrupar os relatórios das várias Comissões Temáticas, devolvendo o “abacaxi” ao plenário, onde deve sofrer novas emendas ou até mesmo receber um substitutivo.

Finalmente, abre-se a fase de negociação sem que tenha havido um amplo debate em torno dos temas mais substanciais da nova Constituição. Correndo atrás do prejuízo desde o início, o movimento sindical e popular tem agora que lançar mão de suas últimas cartas. As propostas de emendas populares irão, sem dúvida nenhuma, servir de instrumento de pressão sobre os delegados constituintes, mas não serão o bastante para afastar o “toma-lá-dá-cá” em que deverá se transformar o Congresso. A eficácia dessas propostas e o raio de ação dos trabalhadores dependerão, a partir deste momento, da conjugação de inúmeros esforços.

Ao movimento sindical e popular resta definir o terreno das negociações e possíveis alianças, que possam garantir a aprovação



daquilo que se configura como área de interesse dos trabalhadores, para além dos objetivos meramente corporativos. Aos parlamentares que se situam no campo popular de oposição (cerca de cinquenta nomes realmente confiáveis), resta atuar em consonância com esses interesses, contra aqueles que estão usurpando e comprometendo o processo de elaboração da nova carta constitucional do país. Às entidades civis, organizações de classe, partidos e sindicatos comprometidos com os trabalhadores, resta exercer toda forma de pressão sobre os parlamentares, como meio inclusive de contrabalançar o grande poder de pressão dos “lobbies” em Brasília.

Mas isso tudo será pouco, se aquilo que chamamos sociedade civil não for capaz de ampliar seu horizonte, equacionando propostas e formas de intervenção para o enfrentamento da crise econômica e política. Esse enfrentamento não pode se limitar à campanha pelas Diretas, que já se tornou uma palavra mágica em nossa história recente, mas requer a definição de um projeto político que encare de frente as mazelas da sociedade brasileira.

Ironicamente, no momento em que se definem as regras que devem passar a reger a vida política do país e o terreno dos futuros projetos de sociedade, o Brasil parece relutar em se defrontar com sua própria imagem, com a imagem da crise, da miséria do atraso. Como num espelho partido, a sociedade se vê fragmentada e incapaz de pensar para além dos interesses corporativos, dessa ou daquela classe, grupo ou segmento social. A classe dominante brasileira, acostumada ao encastelamento no poder e ao lucro fácil, nunca se preocupou de fato com o subdesenvolvimento a que estamos condenados. E se a insatisfação popular sempre lhe representou uma ameaça, ela jamais enfrentou o problema, a não ser através das velhas práticas da cooptação, controle e exclusão social. Os progressistas de vários matizes sempre denunciaram essa condição e fizeram das lutas reivindicatórias o seu estandarte, mas também os progressistas não conseguiram juntar os cacos, temerosos talvez da própria imagem convertida em espectro.

Hoje, quando a maioria da sociedade brasileira começa a manifestar as mais diferentes preocupações quanto aos caminhos que o país deverá trilhar no futuro, cabe de novo retomar uma pergunta: teremos a capacidade e a coragem de enfrentar nossos velhos fantasmas, ou devemos nos resignar a perder para sempre o trem da história?

Marco Antonio de Oliveira é assessor do DESEP-CUT/SP e professor da Faculdade de Economia da PUC/SP.

LANÇAMENTOS DO CEDI



Dossiê Constituinte II (editor: Cesar Caldeira), Cz\$ 150,00

Reúne artigos inéditos, artigos extraídos de revistas especializadas e teses apresentadas em congressos, além das principais propostas dos movimentos populares, das entidades da sociedade civil e dos anteprojetos em debate.



Povos indígenas no Brasil-85/86, Aconteceu Especial 17, Cz\$ 330,00

Resumo dos acontecimentos nas áreas indígenas do país, no âmbito da política indígena a nível local, regional e nacional e da política indigenista oficial durante o ano de 1985 e parte de 1986. Traz também comentários assinados por antropólogos, jornalistas, indigenistas, missionários etc.



História dos metalúrgicos de São Caetano, Cz\$ 100,00

Segunda publicação da série Contribuição ao Debate do programa “Memória e Acompanhamento do Movimento Operário do ABC” do CEDI, que está voltada para as discussões e reflexões do movimento sindical. O texto aborda as lutas operárias e sindicais em São Caetano do Sul, município do Grande ABC paulista.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Sindicalistas debatem a dívida externa

A questão da dívida externa foi objeto de um grande debate realizado por representantes de centrais sindicais e sindicatos de toda a América Latina e Caribe, em Campinas (SP), de 18 a 21 de maio, durante a "Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa". Cerca de duzentos delegados discutiram os efeitos econômicos e sociais da dívida na realidade dos povos da região e encaminharam propostas de solução e formas unificadas de luta nos vários países. Publicamos a seguir a "Declaração de Campinas", documento final da conferência.

Os representantes de 56 centrais sindicais e sindicatos de 25 países da América Latina e Caribe, reunidos do dia 18 a 21 de maio de 1987 na cidade de Campinas, estado de São Paulo, Brasil, decidimos apresentar a todos os trabalhadores, assim como a todos os setores populares, organizações sociais e políticas, a presente declaração.

As consequências para a classe operária e para os povos de nosso continente da gigantesca dívida externa que alcança 382 bilhões de dólares, em um total de 1 trilhão de dólares de dívidas dos países do Terceiro Mundo, se expressam na dura realidade das condições de vida, saúde, trabalho e educação das grandes maiorias populares.

Em 1985, cerca de 150 milhões de latino-americanos e caribenhos viviam abaixo da linha de pobreza absoluta, ou seja, com um salário inferior a 40 dólares. As políticas recessivas aplicadas na América Latina levaram ao desemprego grandes massas de trabalhadores, criando um exército de desempregados e subempregados estimado, em 1980, em aproximadamente 34 milhões de pessoas em idade de trabalhar, ou seja, quase 30% de sua força de trabalho.

Em cinco anos (1982-86), os países latino-americanos e caribenhos realizaram uma

transferência líquida de recursos ao exterior no valor de 132 bilhões de dólares, ou seja, os pagamentos efetivados foram superiores neste valor aos empréstimos e investimentos recebidos. A América Latina, uma região empobrecida, transformou-se, por imposição dos bancos e do FMI, em exportadora de capitais para os países "ricos".

A dívida externa total da América Latina e do Caribe multiplicou-se por cinco entre 1975 e 1986, passando de 75 bilhões para 382 bilhões de dólares.

Não se conhece outro processo tão intenso de apropriação de recursos por métodos estritamente bancários em toda a história documentada do capital financeiro.

Um dos fatores decisivos para o crescimento desmedido da dívida externa foi a elevação abrupta e criminosas das taxas de juros por parte dos credores, tendo alguns países chegado a pagar taxas de juros que, em 1981, superaram 21%, ou seja, várias vezes superiores às existentes quando o empréstimo foi contraído. Esta política do imperialismo norte-americano, que também financiava o déficit orçamentário dos Estados Unidos e seu gigantesco gasto militar com a riqueza gerada no mundo inteiro, provocou um aumento intolerável da dívida externa.

Ao mesmo tempo, o saque e a espoliação através do intercâmbio desigual se expressam na queda de 20% das relações de troca da região entre 1981 e 1986, agravados pela massiva fuga de capitais.

A deterioração ocorrida acentua os mecanismos de crescimento vultoso da própria dívida. Por isso, a luta contra o flagelo da dívida externa está intimamente ligada à luta contra as relações comerciais e econômicas desiguais, contra o domínio dos grandes monopólios (política de subsídios, "dumping" etc.) e à conquista de uma nova ordem econômica internacional, que supere as condições atuais de dominação e exploração. Essa luta deve criar as condições para a conquista dessa grande aspiração de nossos povos, que é a integração latino-americana.

As exigências do FMI e suas receitas, fundamentadas na redução do consumo e do emprego, são acompanhadas por cortes drásticos nos gastos sociais e de educação, pela privatização das empresas estatais e pela redução do gasto público, o qual, além disso, é utilizado para reforçar a própria dominação estrangeira, conduzindo os povos à legítima ação de defesa de seus direitos mais elementares. Greves, manifestações e, em alguns casos, verdadeiras sublevações têm sido as consequências dessas políticas de fome e de ajustes recessivos do FMI.



A capitalização da dívida é a tentativa mais recente por parte dos credores para cobrá-la. Propõe convertê-la em investimentos que supõe a apropriação de nossas fábricas, minas, terras, em um processo de crescente desnacionalização e alienação do patrimônio nacional. A perda da soberania em que esse processo implica ameaça produzir uma recolonização de nossos países e sua transformação em vassalos das metrópoles. Devem rechaçar-se, também, as propostas efetuadas pelos credores, como o Plano Baker, que buscam perpetuar a espoliação de nossos países, sob o disfarce de uma pretensa e enganosa ajuda.

A Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa, ao discutir as causas estruturais e as conseqüências da crise econômica e da dívida, chegou à conclusão de que são os trabalhadores os chamados a dar sua palavra enérgica e responsável para procurar uma solução política de acordo com os interesses da soberania e da democracia com justiça econômica e social.

A dívida externa é a manifestação mais evidente da atual exploração imperialista; é a usura internacional, ilegítima e ilegal, já que as condições de contratação, especialmente a taxa de juros, são fixadas e modificadas de maneira unilateral pelos bancos internacio-

nais e seus governos. É ilegítima também, pois os pagamentos realizados por juros e amortizações, o perdido através do intercâmbio desigual e a fuga de capitais superam amplamente o montante dos empréstimos. Por outro lado, considerando o saque sofrido desde a dominação colonial, nossos povos pagaram com acréscimo a dívida que hoje lhes pretendem cobrar.

Também não se pode esquecer que a dívida externa atual foi, de modo geral, contraída por regimes militares e governos civis sem o consentimento dos povos.

A política colonialista do FMI, com a arma da dívida, converteu-se em fator de perturbação e sabotagem da luta de nossos povos pela liberdade e pela democracia com justiça social. Ela é utilizada para justificar ataques econômicos, militares e terroristas contra o direito à autodeterminação dos povos e para que em muitos países, a título de suas conseqüências, se pratique uma verdadeira política de violação aos direitos humanos e às liberdades sindicais.

A Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa se pronuncia contra o pagamento da dívida e compromete seus esforços para que este objetivo seja assumido soberanamente pelos povos pa-

ra encontrar caminhos para a sua concretização.

A ação dos trabalhadores e dos povos baseada na unidade constitui a legítima resposta que deve cortar pela raiz os vorazes apetites imperialistas e exige a solidariedade dos trabalhadores dos próprios países desenvolvidos, assim como a unidade de todos os povos do Terceiro Mundo.

Os diferentes fóruns e conferências sindicais, em particular os de Cuernavaca, Havana, Lima, e recentemente Buenos Aires, assim como diversas iniciativas nacionais, constituem esforços significativos no sentido de enfrentar a problemática da dívida externa.

Este movimento de luta que se desenvolve em nosso continente e que se expressou em várias jornadas de mobilização continental assume, cada vez mais, um caráter unificado e coordenado, com a classe trabalhadora desempenhando um papel protagônico diante das vacilações e submissões das classes dominantes nativas.

O movimento sindical ocupa um lugar destacado nesta ação de resistência e deve contribuir com todas as suas forças para conquistar e consolidar sua unidade, assim como para encontrar mecanismos de cooperação e unidade com outras organizações sociais,

partidos e movimentos políticos, setores da igreja e setores populares que sofrem as consequências da dívida externa, para que unidos possamos enfrentar e conseguir mudar essa situação insuportável.

A Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa se insere positivamente nesta marcha dos despossuídos na busca de formas de ação e de organização eficazes para nosso combate emancipador e com a finalidade de transformar em realidade os objetivos aqui colocados, nos comprometemos a impulsionar de maneira unida e decidida as seguintes propostas de ação:

A dívida externa constitui um impasse histórico para os povos da América Latina e do Caribe. Desta forma, o avanço da luta unitária dos trabalhadores contra o pagamento da dívida externa é absolutamente prioritária e fundamental para o futuro da classe trabalhadora.

Assim sendo, propomos e nos comprometemos em:

1. Realizar uma campanha permanente contra o pagamento da dívida externa na América Latina e Caribe;
2. Realizar uma Jornada Continental de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa no período de 11 a 17 de outubro de 1987, sendo o dia 15 de outubro Dia Continental Contra o Pagamento da Dívida Externa com atos, manifestações, debates e greves, envolvendo o conjunto do povo nesta luta; reconhecendo a importância da Jornada Continental do 23 de outubro como um dia de luta contra a dívida externa;
3. Apoiar e desenvolver a solidariedade concreta a todas as iniciativas nacionais e internacionais contra o pagamento da dívida externa;

4. Propor e preparar o ano de 1988 como Ano Internacional de Luta contra o Pagamento da Dívida Externa;

5. Realizar em 1988 uma nova Conferência Internacional sobre a Dívida Externa;

6. Apresentar e defender as resoluções desta conferência na 73ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT que realizar-se-á no período de 1 a 24 de junho de 1987;

7. Constituir uma comissão transitória para coordenar as ações aqui aprovadas e a Campanha Latino-Americana e Caribenha contra o pagamento da dívida externa, até à Conferência de 1988.

Atividades da campanha latino-americana e caribenha contra o pagamento da dívida externa a serem encaminhadas pela Comissão Transitória Coordenadora

1. Acompanhar a publicação das resoluções desta conferência nos diários de cada país na 1ª semana de junho;
2. Apresentar e debater as resoluções desta conferência com as centrais sindicais mundiais e as centrais regionais; assim como as centrais nacionais que não participaram deste encontro;
3. Apresentar as resoluções desta conferência à OIT e ONU;
4. Coordenar e acompanhar a apresentação e o debate das resoluções desta conferência com os governos e parlamentos de cada país;
5. Articular a solidariedade dos trabalhadores dos países industrializados para a campanha contra o pagamento da dívida externa através das suas centrais sindicais;
6. Promover a realização de auditorias públicas da dívida externa em cada país com

o objetivo de averiguar o alcance exato das fraudes e evasões de divisas e apontar à justiça os responsáveis pelas mesmas;

7. Criação de um grupo de trabalho destinado a aprofundar os estudos sobre a dívida externa e informações da situação de cada país;

8. Promover uma ampla divulgação sobre a dívida externa e suas consequências através da edição de cadernos, folhetos, cartazes, boletins etc.;

9. Incentivar o debate permanente sobre a dívida externa, através de todas as formas, com o objetivo de envolver o conjunto da população para uma tomada de consciência sobre a dívida, suas consequências e a importância de lutar contra o seu pagamento;

10. Promover a criação de um Tribunal Internacional Permanente que julgue e sancione moralmente os responsáveis pela dívida externa;

11. Impulsionar em cada país a criação de uma frente única de países devedores para sustentar em conjunto a política contra o pagamento da dívida externa;

12. Promover e incentivar a censura pública aos governos que persistam em uma política de submissão ao FMI e aos credores internacionais, vulnerando a soberania dos nossos países e os interesses de nossos povos.

Composição da Comissão Transitória Coordenadora: CUT - Brasil; CGT - Brasil; PIT/CNT - Uruguai; COB - Bolívia; CUT - Colômbia. A DECOD - Equador sugeriu a inclusão da CATI - Panamá e CGT - República Dominicana na Comissão. Essa sugestão será apreciada na próxima reunião da Transitória. Farão parte ainda uma central designada por cada uma das seguintes regionais: CLAT, CPUSTAL e ORIT.

Campinas, 21 de maio de 1987.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00 ☐

Assinatura de apoio:

Cz\$ 300,00 ☐

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI —

Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.

Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.



A oração que sustenta a esperança

Zwinglio Mota Dias

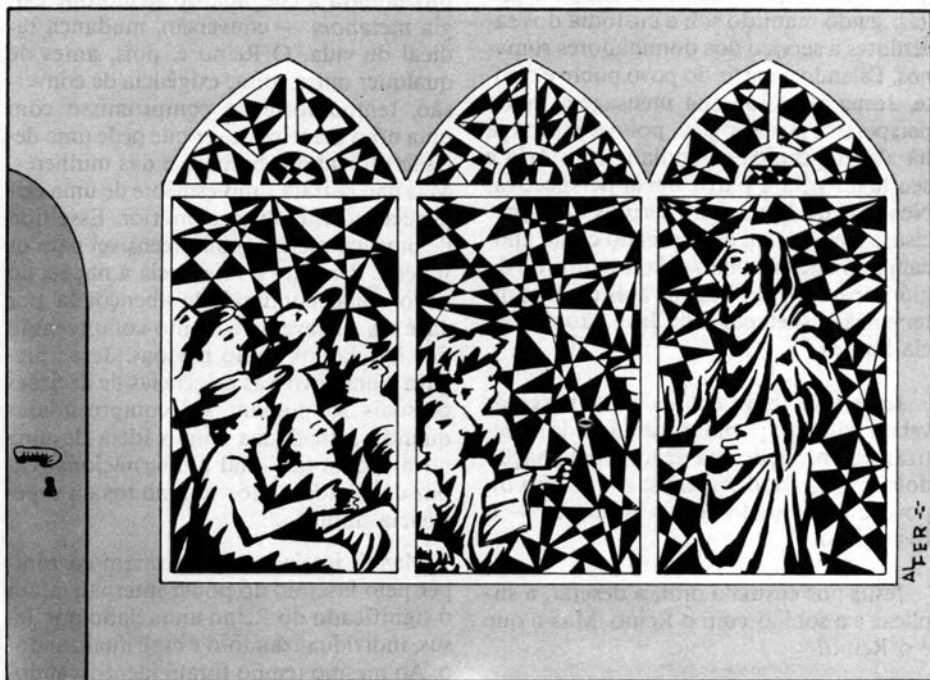
"De uma feita estava Jesus orando em certo lugar; quando terminou, um de seus discípulos lhe pediu: Senhor, ensina-nos a orar como também João ensinou aos seus discípulos. Então ele os ensinou. Quando orardes, dizei: Pai, santificado seja o teu nome; venha o teu Reino..." (Lc 11,1-2).

Em que consiste a oração do ponto de vista do Evangelho? Uma primeira e importante pista nos é oferecida no verso primeiro: "...como também João ensinou a seus discípulos..." Assim que João também tinha sua oração! Isto é, formulou também um credo essencial constituído de reivindicações históricas, linhas programáticas específicas e características de seu grupo, costumes próprios etc. Isto significa que à semelhança de qualquer grupo ou organização em nossos dias, que marcavam sua identidade, sua característica particular, pela maneira própria de enfrentar os problemas do homem e da sociedade, os discípulos, baseados na experiência anterior do grupo de João, estavam reclamando de Jesus aquilo que hoje nós chamamos de plataforma ou programa de seu movimento. (G. Girardet, *A los cautivos libertad*, Ed. La Aurora, Buenos Aires, p. 107)

Este fato indica que o grupo que rodeava Jesus já tinha consciência de uma identidade própria e por isso perguntava por sua oração-programa específica. É a partir daí então, que ele lhes ensina o *Pai Nosso*. Esta oração de Jesus posteriormente se converte no resumo ou síntese de um programa de vida para os cristãos, particularmente aqueles dos primeiros séculos, antes da institucionalização da Igreja.

A dessacralização da fé

Uma outra observação importante é que Jesus ao procurar aproximar aquela "realidade outra" — Deus — como próxima e amiga dos homens, desta realidade histórica concreta, o fez usando a linguagem mais popular de seu tempo. Isto é, utilizou o aramaico, a língua de todos os dias



dos judeus e não o hebraico, a linguagem sagrada, solene e oficial que os religiosos judeus usavam para falar *com* e *de* Javé. Assim qualquer pessoa poderia unir-se ao seu grupo, mesmo os ignorantes ou estranhos ao mundo religioso tradicional.

Com isso, digamos, ele secularizou a pregação de seu movimento dessacralizando a fé. E o fez na medida em que projetou uma releitura da experiência passada de Israel com Javé buscando a unidade entre fé e vida. Unidade esta que há muito tinha sido perdida com a derrocada política, social, econômica e ideológica da proposta histórica original desse povo, graças à incúria de seus governantes e à cumplicidade de seus sacerdotes.

Uma perspectiva escatológica

"Santificado seja o teu nome; venha o teu Reino." Estas duas primeiras petições da oração do *Pai Nosso* têm muito que ver com tudo o que estamos fazendo, na medida em que se constituem no eixo sobre o qual deve desenvolver-se a ação missionológica da Igreja.

Os estudos exegéticos mais rigorosos nos afirmam que estas duas expressões não constituem novidades introduzidas por Jesus, mas que faziam parte de uma das poucas orações da liturgia judaica e com a qual se encerrava o culto nas sinagogas. Trata-se de uma oração eminentemente escatológica com a qual os fiéis solicitavam a Deus que se manifestasse aos homens como Senhor.

Mas em que se diferencia a oração dos judeus da reformulação feita por Jesus? Como já tivemos ocasião de destacar Jesus trata em todo o tempo de fazer uma releitura da experiência passada de Israel para retomá-la em termos do novo projeto histórico que ele encarna e procura impulsionar. Ele mesmo através de sua prática de vida é o início desta nova dimensão que Deus inaugura no meio da história humana.

Seus discípulos devem viver conscientes e convictos de que a conjuntura histórica decisiva já foi inaugurada e que isto significa para os homens e as mulheres a possibilidade da esperança, a possibilidade de se tornarem arquitetos de seu próprio fu-

turo e artífices de seu presente. O anúncio da instauração do Reino, que é o centro de sua mensagem e de seu trabalho, torna-se assim o centro estruturante de sua plataforma ou programa de vida apresentada nesta oração.

Como falou sempre a linguagem dos pobres, dos desclassificados, dos marginalizados, com os quais viveu todo o tempo, Jesus procurava resgatar Javé outra vez para o seu povo, pois que ele tinha sido seqüestrado e aprisionado no tempo e nas leis, sendo mantido sob a custódia dos sacerdotes a serviço dos dominadores romanos. Falando a partir do povo pobre e cren-te, Jesus articulou sua mensagem numa perspectiva escatológica, pois os judeus já há alguns séculos entendiam a história e seu lugar nela a partir dessa perspectiva. Nos dias de Jesus, para sermos mais precisos, viviam num exarcebado clima apocalíptico onde o sonho pela restauração da glória perdida de Israel através de uma intervenção espetacular de Javé não conhecia limites.

Jesus trabalhava então com a inesgotável imaginação popular tratando de sintetizar por meio de sua ação/proclamação dois fatores fundamentais: a tradição do povo e a novidade de sua proposta — o Evangelho.

Jesus nos ensina a orar, a desejar, a suplicar e a sonhar com o Reino. Mas o que é o Reino?

Reino, tempo de compromisso

A expressão grega *basileia tou theou* na verdade se traduz melhor por soberania,

domínio, reinado de Deus, do que simplesmente por Reino. Este, em sua significação mais profunda, aponta para a atuação dinâmica do poder de Deus sob a forma de juízo e salvação no interior da história dos homens, que nela se introduz de forma definitiva a partir da manjedoura de Belém e que encontrará sua manifestação plena no final dos tempos com a submissão de todos os poderes inimigos da vida.

Ao anunciar a vinda do Messias, João proclamava a chegada do Reino que exigia *metanoia* — conversão, mudança radical de vida. O Reino é, pois, antes de qualquer outra coisa, exigência de conversão, tempo forte de compromisso com uma nova maneira de ser que pede uma decisão radical dos homens e das mulheres. Mas não se trata simplesmente de uma exigência individualista e interior. Esse tipo de pregação seria incompreensível para os judeus. Para eles a referência à nação, ao povo como comunidade abençoada por Javé era a chave para a auto-compreensão dos indivíduos como pessoas. Jesus pregava a um povo e as exigências de decisões pessoais só podiam ser compreendidas quando articuladas com a idéia de uma nova ordem nacional e internacional capaz de abarcar todos os âmbitos da experiência humana.

Mas as igrejas ao se deixarem corromper pelo fascínio do poder internalizaram o significado do Reino anunciado por Jesus, individualizando-o e espiritualizando-o. Ao mesmo tempo foram identificando-se com ele a ponto de se auto-compreenderem como a expressão maior e, em alguns momentos da história, definitiva, do Reino neste mundo. Com isso as igrejas se absolutizaram, perdendo o ca-

ráter de provisoriidade e precariedade histórica que, de acordo com o Novo Testamento, lhes é inerente. Pois a Igreja não é o Reino, mas apenas sinal e agência promotora do mesmo. Mas a herança histórica é muito pesada e, pelo que se vê, as instituições eclesiais não se conformam em não ser o Reino, apesar de seus belos discursos teóricos a esse respeito. Isto porque o Reino julga e submete todas as formas de poder e permanece como um desafio a todas as formas de absolutismo que os homens venham a engendrar.

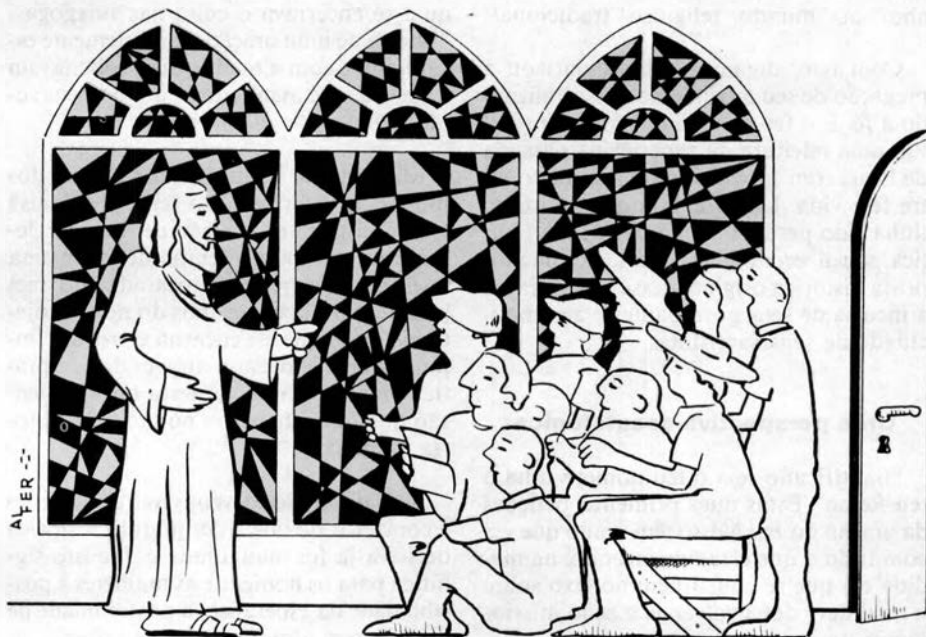
Poder como serviço

Da perspectiva do Evangelho, porém, não é suficiente falar do Reino em si mesmo. Quem fala do Reino não tem como não nomear o ocupante do trono. Jesus é Rei. Mas se trata de um rei distinto pois não ama o poder, antes procura compartilhá-lo e distribuí-lo com todos aqueles que são vítimas dos poderosos deste mundo. Olha o exercício do poder como um serviço humilde aos homens de tal sorte que seu reinado se opera de maneira oculta e misteriosa. O próprio Jesus faz questão de sublinhar isto através de muitas parábolas nas que tratou de revelar o caráter oculto, humilde e misterioso do seu Reino. Além disso procurou demonstrar que seu poder, ou melhor, sua maneira de exercitar o poder, não tem nada que ver com os poderes criados pelos homens. Seu poder não se assemelha ao poder do Estado, pois este opera um poder que é apenas político. E a política se esgota e se corrompe no exercício do poder, enquanto que a proposta de Jesus, com sua perspectiva escatológica, é que assumamos a precariedade de todas as formas de poder, que possamos criar e as submetamos ao juízo do poder que se esvazia a si mesmo para libertar os homens da tentação de serem como deuses, isto é, de terem poder de vida e morte sobre os outros homens.

“Santificado seja o teu nome” e, para isso, que “venha o teu Reino”, são duas súplicas que expressam um ato gratuito de fé no futuro, naquilo que ainda não é, mas que pode vir a ser pela graça de Deus e a decisão radical de homens e mulheres. Decisão que gera expectativa e esperança que se vão fortalecendo ao longo da história por meio dos sinais da presença do poder reinante de Jesus — o mistério da vida.

Este poder que vai marcando a história e preparando o grande dia da realização plena da vontade de Deus: que os homens e mulheres em todos os lugares tenham pão, justiça e libertação.

Zwinglio Mota Dias é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e secretário geral do CEDi.





D. Pedro Casaldáliga dirige-se aos participantes do encontro.

A solidariedade nas práticas de libertação da América Latina

José Domingos Bragheto

A política norte-americana

Numa promoção do Secretariado Internacional de Solidariedade "D. Oscar A. Romero", sediado no México, realizou-se, em Nova Iguaçu (RJ), de 12 a 19 de julho passado, o 7º Encontro Internacional de Solidariedade, que teve como tema "A solidariedade nas práticas de libertação na América Latina".

Os representantes de 23 países, que somam mais de trezentas pessoas, ao final do encontro, elaboraram um document, do qual extraímos os pontos principais, que se seguem:

"Reconhecemos que a crise política e social que se vive na América Latina, está profundamente marcada pela presença dos Estados Unidos na região. A crise nos obriga a descobrir e desenvolver novas alternativas que expressem a fé e a vontade de construir, por parte de nossos povos, um mundo cada vez mais solidário e justo.

"Há um processo de "direitização" no cenário político nacional e internacional. A administração Reagan tem usado de diversos meios políticos para manter seus interesses. Estes vão desde a guerra e o enfrentamento direto e a imposição de ditaduras dóceis, até

à promoção de democracias de fachada civil, nas quais os poderes econômicos e militares tradicionais se mantêm tão fortes como sempre.

"A agressão de Reagan tem se concentrado sobre a área centro-americana, especialmente contra o povo nicaraguense e salvadoreño.

"O Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio latino-americano, constituem uma corajosa tentativa para a construção de um espaço, no qual seja possível o diálogo e uma solução política e concertada à crise centro-americana. Este esforço merece todo o nosso apoio e consideração com o objetivo de defender o espaço ganhado e não deixá-lo à



Participantes do 7º Encontro em um dos momentos devocionais.

mercê dos embates que a administração Reagan tem praticado contra estes organismos.

Dívida externa

"A questão da dívida externa da América Latina, contraída em dólares, por governos que não representam, na maioria das vezes, o interesse de nossos povos, é o problema mais grave depois da conquista-invasão. A dívida, pecaminosa, imoral e injusta, é impagável. Trata-se de um problema que mostra claro a injusta estrutura do sistema capitalista internacional. Sendo um problema político, é entrega de nossa soberania. É nos colocado um desafio de preparar uma proposta alternativa a este problema.

Igreja dos pobres

"Estruturalmente os pobres são os empobrecidos, mas, evangelicamente, os empobrecidos vão-se despojando do individualismo que nega a solidariedade, do conformismo servil, das ambições do ter e do poder, do medo e da submissão ao sistema de exploração.

Sendo pobres são fraternos, sendo fraternos são iguais, sendo iguais são justos e na justiça constroem a paz e vivem a liberdade. Assim, assumindo a sorte dos pobres e as aspirações solidariamente fraternas, a Igreja dos pobres faz-se presente ao Deus verdadeiro. Esta solidariedade fraterna tem que expressar-se especialmente com os duplamente

te submetidos: os negros, indígenas e as mulheres latino-americanas."

Algumas Propostas

Ao final do Encontro, foram tiradas diversas propostas concretas de solidariedade, dentre elas:

- Fortalecer as propostas de paz feitas pelo Grupo de Contadora, através de mobilização popular, procurando que se aumente o raio de sua atuação, incluindo outros problemas, como o da dívida.

- Dar maiores informações sobre a dívida externa para o povo. E a nível popular proclamar o ano de 1992 como sendo ano jubilar, ou seja o ano de condenação desta dívida e a devolução do saque econômico e financeiro a nossos povos.

- Dobrar a nossa solidariedade para com os povos do Chile e do Paraguai.

- Condenar a presença de tropas norte-americanas que estão no Equador e na Bolívia.

- Apoiar a luta pela construção da Pátria Grande da América Latina.

- Defender o direito dos povos indígenas.

- Organizar uma campanha permanente de solidariedade para com os países da América Central junto às comunidades de base.

- Fazer um intercâmbio solidário, através de visitas de delegações de um país para o outro.

- Criar uma "rede de emergência" para situações emergenciais da América Central.

- Promover eventos para desmascarar a política dos Estados Unidos para com a América Central.



DEBATE SINDICAL

Esta publicação do Desep é o resultado da elaboração de estudos, pesquisas e subsídios para o movimento sindical na perspectiva de estimular o debate, a crítica e a reflexão sobre a evolução das lutas e temas sindicais.

Debate Sindical busca analisar os diversos momentos da conjuntura nacional, pensar os aspectos mais importantes da evolução política da conjuntura e avaliar as principais tendências do movimento sindical. Sua preocupação tem sido a de subsidiar a CUT e a luta dos trabalhadores para o aprofundamento das análises, avaliações e reflexões políticas ajudando a construção de uma estratégia política mais consistente e capaz de enfrentar os grandes desafios da conjuntura.

A leitura de **Debate Sindical** é indispensável para todos os que atuam ou acompanham o movimento sindical e querem aprofundar seu conhecimento a respeito dos grandes temas de interesse dos trabalhadores.

Os interessados em recebê-la devem entrar em contato com o Desep — Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT Estadual de São Paulo.
Rua Tamandaré, 667 fundos — 01525 — São Paulo, SP — Tel: 270-8866

Teologias em diálogo

Maria Clara Lucchetti Bingemer



DE IGUAL PRA IGUAL — Um diálogo crítico entre a Teologia da Libertação e as Teologias Negra, Feminista e Pacifista

João Guilherme Biehl, Vozes/Sinodal, Petrópolis, 1987, 160 pp., 13,8x21 cm.

De igual para igual... e, não fosse o conteúdo, fiel ao título, o estilo pareceria desmenti-lo. Não há nada menos "igual", menos idêntico ao sempre e a toda hora visto do que este trabalho do pastor João Guilherme Biehl. Denotando a personalidade e o pensamento do autor, inquieto, audacioso e veloz, o trabalho aventura-se sem medo pelos difíceis e intrincados meandros de três novíssimas tendências teológicas do nosso tempo: a teologia negra, a teologia feminista e a teologia pacifista, comparando-as ao mesmo tempo com a tão contraditória e discutida teologia da libertação.

Ousadia demais? — dirão alguns. O fato é que João consegue, num estilo que lhe é bastante próprio e sobremaneira original, dizer coisas importantes, fundamentadas e rigorosamente ordenadas, dando ao leitor impressão de estar lendo uma poesia, ou um palpitante romance de aventura, ou vendo um filme eletrizante de faroeste, mas nunca uma tese de mestrado, com todos os academicismos que são peculiares a este gênero literário.

O fato é que o trabalho se torna fascinante, fácil de ler e desperta o apetite para conhecer mais de perto estas correntes teológicas que o autor trabalha. E o leitor começa a se perguntar, a certa altura, como ele pode conhecer tão bem a teologia negra sendo branco, ou a teologia feminista sendo homem, ou a teologia pacifista sendo tão jovem e não ter sentido sobre os seus ombros o peso das duas guerras mundiais que tornaram para sempre triste toda uma geração.

Talvez por isso mesmo — por sua liberdade e equidistância de todos os temas que trata — o trabalho de João seja tão rico e traga, realmente, para dentro do mundo do leitor, o sonho do poeta, que é também o sonho do teólogo: o sonho que sonha o que vai ser real, a grande utopia do Reino de Deus.

Maria Clara Lucchetti Bingemer é teóloga leiga católica e professora na PUC/RJ.

A escola possível

Elle Ghanem



DA ESCOLA CARENTE À ESCOLA POSSÍVEL

Miguel G. Arroyo (org.), Léa Pinheiro Paixão, Rogério Cunha de Campos, Carlos R. Brandão e Sérgio Haddad, Edições Loyola, São Paulo, 1986, 184 pp., 13,8x21 cm.

Universalizar o acesso à escolarização não é uma luta nova na história deste país. Escola para todos tem sido, ao longo do tempo, algo que figura nos discursos oficiais, nos projetos políticos gerais, nas plataformas eleitorais e nas pautas concretas das reivindicações populares. Procurar, entretanto, tornar mais nítido o tipo de escola que se propõe para as classes dominadas e delinear a função social que a escola deve ter para elas, do pon-

to de vista delas, é tarefa que alguns têm se proposto recentemente. Negando que para aquelas classes qualquer escola serve, Miguel Arroyo reuniu textos de mais quatro autores que, com a força dos exemplos, mostram formas da escola possível, não desejada pelos poderosos.

É o próprio Arroyo que inicia, declarando a insuficiência da luta por uma escola que apenas promova a inserção das camadas populares no mundo moderno, ou facilite a sobrevivência na sociedade industrializada, através da disputa por melhor emprego. Afirma a necessidade e o direito de se lutar por uma democracia e uma escola que ampliem e assegurem o poder das classes trabalhadoras, recusando que a luta pela universalização da escola se resuma na oferta de um cardápio cultural igual para todos, frisando que a relação pedagógica escolar deve ser alimentada pelas lições das experiências de educação popular.

Como um entre muitos projetos que visam diminuir os índices de evasão e repetência nas séries iniciais, o Projeto Alfa, de Minas Gerais, é analisado por Léa Paixão. Foi a primeira tentativa mais ampla de adoção de medidas de combate ao fracasso da escola, que se pautou pela adequação à carência e que de fato apresentou sucessos, especialmente por fazer frente a algumas elementares condições para a escolarização, que o Estado sempre manteve precárias e nunca garantiu para as crianças mais pobres.

Rogério Campos trata das ações contidas no Sistema Integrado de Educação Rural, no agreste de

Pernambuco, como experiências potencialmente positivas quanto ao problema da repetência, mas que enfrentam obstáculos nas condições sócio-econômicas da região e nas tensões geradas pelos limites à participação das populações rurais nas instâncias de decisão dos programas a elas destinados e pelo desprezo ao saber acumulado do povo.

A oportunidade da proposta paulista de Unidades Escolares de Ação Comunitária desponta no cenário de indigência da "educação rural", segundo o comentário de Carlos Brandão. Abre-se um caminho possível para se fazer alguma coisa (ao contrário dos programas efêmeros e milionários), partindo-se do professor melhor remunerado, com estrutura burocrática mínima, em que o profissional do ensino coloca a dimensão de seu papel na construção da escola do povo.

A imagem generalizada do aluno carente se dissolve ao emergir a figura do trabalhador que estuda. É o que trata o texto de Sérgio Haddad que encerra o livro. Todo o perfil desse aluno se desenha: migrante na cidade grande, trabalhador não qualificado, de acidentada e sofrida trajetória escolar. Simultaneamente toma forma o espaço da escola enquanto sociabilidade, como liberdade que só se encontra na participação, no contato com os outros e se contrapõe à mecânica do exercício profissional, da exploração do trabalho e da realidade do silêncio.

Elle Ghanem é pedagogo e integra o Programa de Educação e Escolarização Popular do CEDI.



E o operário disse não!

*E um rato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção,
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão,
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão,
Que o seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão,
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão,
Que seus pés andarilhos
Eram as rodas do patrão,
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão,
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.
E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.*

Vinícius de Moraes

(Fragmento do poema "O operário em construção")